



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-
BRASILEIRA**

KÁTIA KALINE SILVA ARAÚJO

**A EFETIVAÇÃO DOS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NAS ESCOLAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BARRA DE
SANTANA/PB**

**CAMPINA GRANDE-PB
ABRIL/2014**

KÁTIA KALINE SILVA ARAÚJO

**A EFETIVAÇÃO DOS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NAS ESCOLAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BARRA DE
SANTANA/PB**

Monografia apresentada á Coordenação do Curso de Especialização em História e Cultura Afro-brasileira, da UEPB, Campus de Campina Grande como requisito parcial a obtenção do Título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

**CAMPINA GRANDE-PB
ABRIL/2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

663 Araújo, Kátia Kaline Silva

A efetivação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental II da rede municipal de ensino de Barra de Santana/PB [manuscrito] / Kátia Kaline Silva Araújo. - 2014.

106 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em História e Cultura Afro-brasileira) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas, Departamento de História e Geografia".

1.História 2. Ensino de História 3. Cultura 4. Racismo I.
Título.

21. ed. CDD 372.890

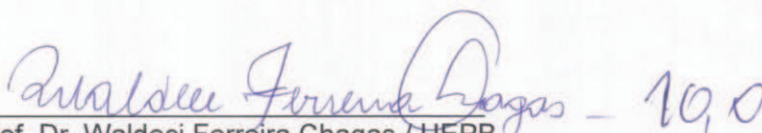
KÁTIA KALINE SILVA ARAÚJO

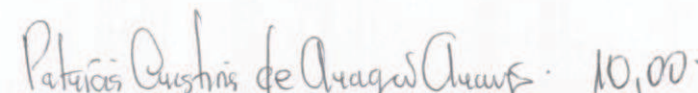
**A EFETIVAÇÃO DOS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NAS ESCOLAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BARRA
DE SANTANA/PB**

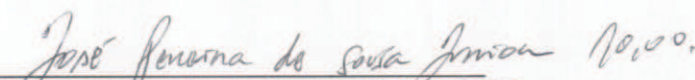
Monografia apresentada á Coordenação do Curso de Especialização em História e Cultura Afro-brasileira, da UEPB, Campus de Campina Grande como requisito parcial a obtenção do Título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

Aprovada em 25/04/2014.


Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas / UEPB - 10,0
Orientador


Profª Drª Patrícia Cristina de Aragão Araújo / UEPB - 10,00
Examinadora


Profº Dr. José Pereira de Sousa Júnior / UEPB - 10,00
Examinador

Aos meus pais, dedico esta e as demais conquistas. Mãe, seu cuidado e dedicação foi quem deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinho nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

- Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta caminhada.
- Aos meus pais (Bastião e Valdete), irmãs (Jaqueline e Karina), obrigada pelo carinho e apoio. Estes que nunca mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.
- Ao meu namorado, Erick Aires, obrigada pelas conversas, pela atenção, pela paciência, por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada semestre e, principalmente, por te importares comigo.
- Ao professor Waldeci, obrigada pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.
- Ao amigo, companheiro de trabalho e da vida Fellipe Andrade, o meu agradecimento especial, por sua contribuição (liberação as terças e quintas para as aulas) e apoio em todos os momentos, sem você nada disso estaria acontecendo.
- Aos amigos (as) queridos (as), Alcione Ferreira, Vilma Leal, Adonys Barreto, Cristiane Coitinho e Tomires Nascimento agradeço pelo incentivo e pelo apoio constantes. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro da produção melhoraram muito e sempre foram mais divertidas.
- As colegas professoras: Sheila Cavalcante, Jadivane Araújo, Cristiane Coitinho, Raquel de Sousa, Maria Nilsa, Vilma Leal, Luzia Marilack, Patrícia

Riveli, que muito contribuíram com suas entrevistas, sem vocês esse trabalho não seria possível.

- Obrigada a todas as pessoas que contribuíram direto ou indiretamente para meu sucesso e para meu crescimento como pessoa. Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês.

RESUMO

A Lei 10.639/03 vem para legitimar a necessidade de abordar a História e a Cultura da população negra em nossas salas de aula, numa tentativa de tornar realidade em nossa educação o combate ao racismo, causado pelo silêncio e por uma marginalização que paira sobre a história do povo africano. Um silêncio ocasionado por questões políticas seculares que precisam ser rompidas para que assim aconteça a efetivação desse debate através da abordagem desses conteúdos nos espaços escolares. Nosso objetivo maior é dissertar sobre a efetivação desta Lei nas Escolas do Ensino Fundamental II em Barra de Santana/PB. Buscando apresentar em que aspecto positivo e/ou negativo esse trabalho vem acontecendo.

Palavres chaves: Racismo – Silêncio - Educação

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo I	
RACISMO NO BRASIL CONTEMPORANEO: UM LEGADO DA ESCRAVIDÃO COLONIAL.....	13
1.1 Brasil: a construção do racismo singular que perpassa os bancos escolares.....	13
1.2 A Escola: um espaço diverso por excelência, mas nem sempre acessível às pessoas negras	23
Capítulo II	
MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO BRASIL	36
Capítulo III	
REPRESENTAÇÕES SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS BANCOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTANA/PB.	49
3.1 A Lei como Ferramenta de Combate ao Preconceito, Racismo e a Discriminação nas escolas	49
3.2- O Currículo e a Efetivação dos Conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas Escolas de Ensino Fundamental II do Município de Barra de Santana.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77
QUADRO DOS ENTREVISTADOS.....	80
ANEXOS	81
Anexo I(questionários e entrevistas).....	81
Anexo II (material que compõem a Proposta Curricular do Município de Barra de Santana/PB (peça que trata da lei 10639/03)	103

INTRODUÇÃO

Neste estudo faremos uma abordagem sobre a efetivação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nas escolas do ensino fundamental II do município de Barra de Santana/PB, mostrando como os professores de história e o corpo técnico da Secretaria de Educação vem viabilizando esse trabalho, que ainda encontra vários obstáculos pelas escolas.

Nosso trabalho procura mostrar como essa temática é vislumbrada pelas pessoas que pensam a educação nesse município, visto que este ainda é um campo minado pelo preconceito e por estereótipo negativado, procurando entender as dificuldades enfrentadas, já que a lei que legitima a introdução desse estudo existe a mais de dez anos e na prática muito pouco vem sendo feito.

Como historiadora esse é um tema que me trouxe muitas inquietações. Assim, consoante às experiências vivenciadas na secretaria de educação desta municipalidade e percebendo as dificuldades do trabalho com educação etnicorracial, cruzei discussões historiográficas relevantes, como por exemplo, teorias raciais, marcos legais que norteiam as discussões étnico-raciais, sendo uma ferramenta contra o preconceito, além de trabalho com História Oral, no trabalho de análise das falas dos profissionais.

Esses escritos são uma tentativa de compreender as dificuldades encontradas por professores, técnicos administrativos e alunos no enfrentamento ao trabalho com uma temática tão arraigada de preconceitos, já que trabalhar a África e/ou sua cultura em um país como o nosso, que demonstra um racismo secular não é nada fácil.

No decorrer do trabalho mostraremos, como foi construído em nossa sociedade esse racismo e como ele veio parar nos bancos escolares e se enraizou, o que dificulta o debate como os alunos.

Na construção desse trabalho, utilizamos como baliza historiográfica às discussões de Schwarcz sobre a construção do racismo em nossa sociedade, debatendo como ele se formou e tentando compreender sua edificação. Utilizamos também, os debates de Maggie, para compreender como esse preconceito interfere nos trabalhos na sala de aula. E em seguida, fizemos um trabalho como os

parâmetros legais, já que nosso tema se pauta na efetivação da Lei 10.639/03, para melhor compreendermos esses escopos legais, nos baseamos em Cunha Júnior e Bobbio, além dos parâmetros legais nacionais como a Constituição Federal e a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Por fim, fizemos um trabalho com História Oral, na perspectiva de Albrti.

Nessa perspectiva, e para viabilizar o nosso trabalho, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico para fundamentação teórica e posteriormente aplicamos oito questionários com professores e técnicos da Secretaria de educação. A escolha dos profissionais foi feita tomando por base o objetivo do trabalho, que é o de compreender “a efetivação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental II na rede de ensino do municipal de Barra de Santana/PB”, sendo essas as pessoas que pensam a educação neste município, achamos por bem analisar os seus discursos para assim compreender os avanços e os retrocessos desse trabalho. Além de perceber as dificuldades enfrentadas para por em prática as determinações legais.

O quadro a seguir mostra os sujeitos que foram entrevistados, com suas respectivas funções e formações profissionais:

Ord.	Nome	Formação	Função
01	Cristiane Coitinho de Sousa	Licenciatura em Língua Portuguesa	Coordenadora da área de Linguagem
02	Jadivane Sales Camelo Araújo	Licenciatura em Pedagogia	Coordenadora Pedagógica Escolar
03	Luzia Marilack Jerônimo da Silva	Licenciatura em História	Professora de História
04	Maria Nilsa Moura de Sousa Chagas	Licenciatura em Pedagogia	Coordenadora Pedagógica Escolar
05	Patrizzia Rivelli Miranda Lima	Licenciatura em História	Professora de História
06	Raquel de Sousa Pereira	Licenciatura em	Coordenadora da área de

		História	Humanas
07	Sheila Cavalcante de Medeiros	Licenciatura em Pedagogia	Coordenadora Geral da Rede de Ensino
08	Vilma Leal Duarte	Licenciatura em Pedagogia	Coordenadora de Planejamento e Gestão

Fizemos uso de entrevistas por considerar a História Oral um instrumento de grande relevância para o trabalho do historiador, uma vez que essa técnica nos permite mostrar como a prática científica se alia a história oral e nos dar resultados.

Na história oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial, uma vez que realizamos uma pesquisa em arquivos, bibliografia, etc, e com isso em um projeto que se produzem entrevistas, que se transformarão em documentos, os quais, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. (ALBERTI, 2005, p.81).

Na construção desse trabalho, organizamos três capítulos. O primeiro deles intitulado de: “Racismo no Brasil Contemporâneo: um Legado da Escravidão Colonial”, procurando fazer um contexto histórico sobre o racismo brasileiro, discutindo as teorias raciais e apresentando como esse preconceito foi absorvido nos espaços escolares. No segundo capítulo, com o título de: “Marcos Legal da Educação para as Relações Étnico-raciais no Brasil”, onde se busca debater os parâmetros legais que ao longo dos anos foram estabelecidos e viabilizaram essas discussões. O terceiro capítulo que tem como objetivo analisar as entrevistas como os professores e técnicos, apresentando a evolução, o retrocesso e as dificuldades de trabalho foi intitulado de: “Representações sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos Bancos Escolares do Ensino Fundamental II do Município de Barra de Santana/PB”.

Capítulo I

RACISMO NO BRASIL CONTEMPORANEO: UM LEGADO DA ESCRAVIDÃO COLONIAL

1.1 Brasil: a construção do racismo singular que perpassa os bancos escolares

O fim da escravidão brasileira coincidiu com a chegada das discussões sobre as teorias raciais. O Brasil foi o último país a acabar com o cativeiro. Segundo Schwarcz (1998), chegou ao Brasil cerca de 3,6 milhões de africanos trazidos compulsoriamente. Esse grande número acabou alterando as cores, os costumes e a constituição da sociedade brasileira.

Contudo, ainda é visível em nossa sociedade, mesmo tendo perpassado mais de cento e vinte anos da abolição, o racismo que persiste acompanhado de uma desigualdade racial, o que nos leva a perceber a necessidade de fazermos uma profunda discussão sobre a desigualdade social existente na nossa sociedade levando em consideração o aspecto racial, visto que são as pessoas negras que ainda estão em condições sociais desfavoráveis.

Com o fim do processo escravocrata, a queda da monarquia e conseqüentemente, o início da República teve início as discussões raciais. Assim, para parte da sociedade, o conceito de raça negra começou a ser pensado como um fator biológico a partir do desenvolvimento das ciências naturais. Com o passar do tempo, veio à tona o problema social, resultado da miscigenação, como mostra Schwarcz.

De um lado, o racismo persiste enquanto fenômeno biológico, desconstruir seu significado histórico, nos leva a abrir mão de suas implicações sociais. Do outro, no caso brasileiro, a mestiçagem e a aposta do branqueamento da população geraram um racismo à *lã brasileira*, [...].(p.194, 1998)

As teorias racistas são frutos de um processo histórico que tem como pressupostos os pensamentos teológico, filosófico e científico. Estes serviram de base para construção do conceito de raça, que foi evoluindo com o passar dos anos, mas mantiveram a edificação do racismo e das práticas discriminatórias de um grupo em relação ao outro. Nesta perspectiva,

[...] o conceito de raça – de natureza teológica, filosófica e científica propõe a divisão da humanidade em três grandes grupos sociais, segundo critérios baseados na cor da pele dos indivíduos, bem como outros fundamentos em crença religiosos, em ponto de vistas filosóficos, e até mesmo critérios ditos científicos, como a medição de nariz, orelha, crânio, arcada [...]. (PAULA, 2011, p.03).

No entanto, as teorias aqui introduzidas foram relidas de modo particular, visto que, o casamento entre o modelo evolucionista e o darwinismo social se realizou prevalecendo o cientificismo.

As teorias raciológicas chegaram ao Brasil entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Os adeptos defendiam os modelos sociais baseados no cientificismo e no positivismo, os quais difundiam a ideia do branqueamento como solução para o desenvolvimento do país.

Através do pensamento da elite dirigente do país, a ideia de construção de uma nação soberana desenvolvida e baseada no ideal de partilha social, dos padrões civilizatórios europeus como superiores, começaram a ser forjados. Todavia, tratava-se de um pensamento perpassado há séculos, mas para se legitimar recorreu aos fundamentos científicos e propagou a ideia da raça negra como inferior, conforme discutido por Costa,

A ideia científica de “raça” teve origem e começa a ser difundida no final do século XVIII. Pensadores europeus [...] não só se preocupavam com o estabelecimento de um sistema classificatório de caráter “científico”, como procuraram sempre comprovar a superioridades civilizatórias da “raça branca” [...] (COSTA, 2010, p. 01).

Esses pensamentos basearam-se nas teorias evolucionistas, teorias estas que defendiam a existência de diferentes estágios de evolução para a humanidade. Para os defensores das teorias raciológicas, a presença do negro comprometia o

futuro do Brasil, já que os civilizados eram os brancos e um país com uma imensa nação negra (incivilizada) só regrediria.

Na década de 1850, ainda segundo Seyferth, a publicação da tese determinista racial do Conde de Gobineau, que defendia as “virtudes civilizatórias” do branco europeu, reforçou a defesa das políticas de imigração planejadas pelo Estado [...] (COSTA, 2010, p. 02)

Os pensamentos em evidência estavam baseados na ideia de que o negro era geneticamente inferior, logo a mestiçagem existente no país tornava o Brasil um país de nação em regeneração. Segundo o pensamento da sociedade do século XIX, a mestiçagem transformava o povo em “uma sub-raça mestiça e crioula”.

Em nenhum momento buscou-se práticas que mostrassem as diferenças como algo positivo e algo que devesse ser respeitado. Negava-se a história e a historicidade do povo negro, numa tentativa de fundamentar a inferioridade da raça negra para assim justificar o discurso adotado pelo poder da época, emergindo a ideologia do branqueamento.

Fundamentando essas ideias, veio à construção da “superioridade” ariana, provada cientificamente por meio das teorias eugênicas que foram difundidas no Brasil pelos absolutistas.

Os adeptos das teorias de branqueamento defendiam a tese de que sendo a raça branca uma espécie geneticamente e intelectualmente superior, se tornaria possível por meio de uma fusão das raças, o Brasil tornar-se no futuro um país de brancos. Fundamentado no evolucionismo os defensores dessa tese afirmavam que a humanidade passava por diferentes estágios de desenvolvimento e por meio da teoria darwinista, negavam qualquer perspectiva de futuro positivo para a miscigenação racial.

De certo modo, as teorias raciais ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade e apostaram na miscigenação positiva, desde que a cada cruzamento o resultado tornasse o Brasil mais branco, pois a crença era de que com o tempo o país viesse a constituir-se numa sociedade dominada pela raça branca.

Assim o processo de abolição brasileiro carregava consigo algumas singularidades. Em primeiro lugar, a crença enraizada de que o futuro levaria a uma nação branca. Em segundo, o alívio decorrente

de uma libertação que se fez sem lutas nem conflitos e, sobretudo evitou detições legais baseadas na raça (SCHWARCZ, 2004, p.187).

Por ser uma política absolutista baseada no positivismo social e no darwinismo biológico, as teorias raciais se constituíram no alicerce indispensável à implantação da identidade nacional, ou a ideia de nação. A pergunta central era como transformar a pluralidade de raça em uma só espécie e em um só povo.

A busca pela tão sonhada identidade nacional ganhou um novo impulso na década de 30, com o surgimento do mito da democracia racial, pensamento que tomou como base a obra *Casa Grande & Senzala* do escritor Gilberto Freyre publicado em 1933.

Um novo processo que superou a teoria do branqueamento, mas que não conseguiu suplantar as concepções racistas. Buscou-se, neste instante, camuflá-lo, segundo Paula (2011), através de quatro novos conceitos: “a miscigenação, a mestiçagem, a ideia de democracia racial e a ideia de racismo cordial.”

No início da República, já se acreditava que o Brasil teria escapado do problema do preconceito racial e nesse momento surgiram no Brasil novas discussões sobre a construção da brasilidade, ou seja, sobre a identidade brasileira. Nesse período, o símbolo marcante foi à mestiçagem, com isso o mestiço passou a ser o ícone nacional, e ganhou ênfase com a teoria da “democracia racial”.

Acerca dessa questão, Schwarcz (1998, p. 193) afirma que “a publicação de *Casa Grande & Senzala*, cuja primeira edição data de 1933, foi igualmente emblemática e sinalizou para o movimento de conformação de ícones de identidade”. A partir de então, a cultura mestiça passou a despontar como representação oficial da nação, onde as três raças conviviam sobre a perspectiva da harmonia social.

O mito da democracia racial trouxe a tona o pensamento divergente ao difundido pelos absolutistas. Segundo esse novo olhar, a mestiçagem não teria sido problema, pelo contrário, com o encontro das três raças teria resolvido o problema racial do país.

Para Freyre, a mestiçagem foi a solução para os problemas vivenciados pelo Brasil no final do século XIX e no início do século XX, mas este não negava a importância dos portugueses (leia-se brancos europeus) para formação do povo

brasileiro, pois foi o contato com esses brancos que possibilitou ao mulato ter características genéticas as quais atendiam a um padrão estético mais evoluído.

A partir dessas ideias surgiu um novo caminho para formação/construção da identidade nacional, que para Costa (2010), “inaugurou o mito originário”.

Costa (2010), fazendo uso dos pensamentos de Munanga, relata que o mito da democracia racial brasileira, ao tomar por base a harmonia vivenciada entre as três raças, veio numa tentativa de encobrir as desigualdades sociais, numa forma de tornar mais fácil a alienação dos não brancos.

[...] ao valorizar o papel cultural específico do africano, principalmente, mas também indígena, no processo de construção da identidade nacional, Gilberto Freyre contribuiu para a interpretação do Brasil como uma sociedade multirracial [...] (COSTA, 2010, p. 08).

A emergência da harmonia divulgada por Freyre é para Costa (2010), o meio encontrado pela elite para mistificar o racismo em meio a uma sociedade hierarquizada e anti-igualitária, como a nossa, sendo um mecanismo de exploração social e política.

Para Schwarcz, o Brasil tem uma forma singular de racismo, “o preconceito de não ter preconceito”, assim a sociedade brasileira continuaria a discriminar mesmo entendendo o preconceito algo ofensivo para o ser humano.

Segundo essa autora, o racismo sempre esteve presente, ele sempre se manteve intocado como uma expressão de foro íntimo mais apropriada para o recesso do lar, ou seja, no Brasil se evidencia um racismo de caráter privado além de se buscar sempre o branqueamento. Desse modo, a sociedade brasileira criou um preconceito singular, uma vez que das suas especificidades, o que o caracteriza é o caráter não oficial.

Segundo Schwarcz, historicamente, sobrevive em nosso país um sistema de hierarquização social, que se transformou em uma exclusão social, formando uma estrutura que impede a plena cidadania do povo afrodescendente, visto que, foi-lhes negado ou dificultado o acesso a questão básica para se viver dignamente, como por exemplo, o acesso e a permanência nos bancos escolares, da educação básica ao nível superior.

O racismo singular defendido por Schwarcz se propagava através da ideia de que, quanto mais branco melhor, quanto mais claro superior, eis a máxima difundida, que passou a ver no branco não só uma cor, mas também uma qualidade social. “Preto rico no Brasil é branco, assim como branco pobre é preto” (SCHWARCZ, 1998 p.182).

Para Schwarcz, discutir “raça” no Brasil é quase um tabu, pouco se fala ou se escreve sobre o tema, haja vista, não ser essa uma temática que desperte tanto interesse, devido ao fato de a sociedade brasileira negar a existência de preconceito e afirmar que no país existe uma harmonia racial. Sistematizando a ideia de que os conflitos relacionados ao preconceito existem apenas no plano privado.

A situação aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais desiguais fossem quase um desígnio da natureza, e atitudes racistas, minoritárias e excepcionais: na ausência de uma política discriminatória oficial, estávamos envolvidos no país de uma “boa consciência” que nega o preconceito ou o reconhece como brando (SCHWARCZ, 1998. p.179).

Sendo assim, podemos concluir que na sociedade brasileira é muito comum as pessoas afirmarem que não tem preconceito, mas conhecem alguém que tem. Nesse caso, a existência do racismo é confirmada, e sua prática é sempre atribuída ao outro. Essa forma singular do racismo brasileiro é pensando a partir da ideia de “democracia racial” defendida por Gilberto Freyre.

Na escrita de Gilberto Freyre o ideal da miscigenação adquiriu uma nova roupagem em “Casa Grande & Senzala”, e passou a ser vista como mecanismo de um processo, o qual teria como fim a democracia racial.

Todo Brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do Negro. A influência direta, ou vaga e remota do africano (FREYRE, 2003, p.367).

Gilberto Freyre caracterizou a escravidão no Brasil como composta de “senhores bons e escravos submissos”. O mito do bom senhor de Freyre seria uma tentativa de interpretar as contradições do escravismo como simples episódio sem

importância, e que não teria o poder de desfazer a harmonia entre exploradores e explorados durante aquele período.

A partir dos anos 30, a miscigenação de raças no Brasil foi tratada como um processo livre, espontâneo, uma verdadeira união entre dois povos, enfim, um processo natural.

Através desse processo, que tentava naturalizar a miscigenação, elementos que antes só existiam nos porões, passaram a se destacarem como novos símbolos da identidade nacional é o caso da feijoada, da capoeira e do futebol. Assim, o futebol, o samba e o malandro se tornaram a representação da “harmonia” de norte a sul do país.

No pós Segunda Guerra Mundial, as teorias de branqueamento começaram a ser duramente questionadas por todo o mundo. Estudiosos antirracistas começaram a debater o pensamento Freyriano e a questioná-lo com base nas ideias de que teriam acontecido conflitos violentos entre as raças. Colocando por terra a fábula da harmonia de convívio das três raças.

Assim, nos anos 1950 teve início o processo de desconstrução do mito da “democracia racial”, Florestan Fernandes veio afirmar que em vez de democracia o que se via era indício de discriminação e no lugar de harmonia, o preconceito.

Contrariando o pensamento de Freyre, a UNESCO (Organização para Educação a Ciência e a Cultura das Nações Unidas) patrocinou um projeto que por meios de estudos sobre a tese de Gilberto Freyre, apontou a existência de desigualdade e de um imenso preconceito racial no Brasil. Os estudos realizados,

[...] possibilitaram a inserção no meio acadêmico com ramificação para toda a sociedade, do reconhecimento da existência de racismo, segregação social e apartheid em relação aos negros descendentes de africanos bem como, fomentaram o debate sobre a necessidade de se repensar a situação do negro em nossa sociedade, particularmente, a problemática do racismo (PAULA, 2011, p.11).

O estudo patrocinado pela UNESCO buscou entender os impasses e atrasos deixados pela herança colonial, e conseqüentemente os impedimentos de o Brasil vir a se tornar uma nação moderna. Nesse momento, Gilberto Freyre e a teoria da “democracia racial” foram extremamente criticadas.

As críticas a obra de Freyre se refletiram tanto no debate intelectual e político sobre o tema da identidade nacional quanto nas indagações que emergem da abordagem sociológica do autor de *Casa Grande & Senzala* no âmbito acadêmico. (MAIO, 1999, p.04).

Segundo Florestan Fernandes, o ideal da miscigenação era tido como um mecanismo mais ou menos eficaz de absorção do mestiço. O essencial, no funcionamento dos mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos, nem a igualdade racial, mas, ao contrário, a hegemonia da raça dominante.

No âmbito público se dizia não existir preconceito no Brasil, mas em 1951 foi criada a Lei Afonso Arinos, que passou a punir o preconceito, desta feita se formalizou a sua existência. Este foi ratificado pela Constituição de 1988 que passou a afirmar ser o racismo crime inafiançável. No entanto, no Brasil o preconceito existente é “a lá brasileira”, o que faz com que a lei criada tenha assumido esse molde.

Frente a essa lógica, só são consideradas discriminatórias atitudes preconceituosas expostas em público, atos privados ou ofensas de caráter pessoal não são imputáveis, mesmo porque precisariam de testemunha para sua confirmação e também da afirmação do acusado.

O racismo, de acordo com a Lei Afonso Arinos é proibir alguém de fazer alguma coisa por conta da cor da pele. Logo, o preconceito brasileiro é algo intimista, jamais afirmativo, o que faz com que a lei prevaleça para pouco.

Schwarcz (1998), ao pesquisar a igualdade jurídica no Brasil constatou o tratamento diferenciado pautado na cor. Essa pesquisadora ainda constatou que, se o indicado tinha o direito de definir sua cor, branqueava sempre a resposta “Sou moreno claro, quase branco”. Segundo os entrevistados, réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial e recebem um tratamento penal mais rigoroso.

Com relação à educação os resultados também são reveladores quanto a existência do racismo no Brasil. Acerca disso a pesquisadora Fúlvia Rosemberg, como mostrado na obra de Schwarcz, (1998), identificou em São Paulo uma clara desigualdade. Na educação básica há uma maior concentração de negros nas instituições públicas e nos cursos noturnos. A taxa de analfabetismo entre os negros

também é maior, 30% são analfabetos, sem contar com a variação de região. Uma realidade que se expande por todo país.

Enquanto isso, as leis e as políticas públicas brasileiras parecem andar no lado oposto a realidade. As imagens oficiais buscam privilegiar aspectos culturais e minimizar a desigualdade que se revela nas esferas do público e privado. A população preta e parda continua com uma menor renda, uma menor educação, além de uma menor sobrevivência.

O racismo no Brasil é silencioso, antes do ato político existe o obstáculo do formal, como distinguir quem é negro e quem é branco no país? Como determinar a cor se aqui, não se fica para sempre negro, ou se embranquece com dinheiro?

Faz parte de a cultura brasileira negar ou camuflar os conflitos entre cor. Outro ponto que chama a atenção na cultura brasileira e que acentua a discriminação são os fenótipos – traços característicos como a cor e o cabelo das pessoas negras–que em nossa sociedade serve para agravar ainda mais o preconceito vigente.

Um fato curioso acerca desta questão evidenciou-se no censo de 1976, quando o item cor foi determinado pelo pesquisador o que revelou uma verdadeira “Aquarela do Brasil”.

De forma diversa à do censo, em que a cor é determinada pelo pesquisador, nesse caso os brasileiros se atribuíram 136 cores diferentes, reveladoras de uma verdadeira “aquarela do Brasil” (SCHWARCZ, p. 226, 1998)

Após a conclusão do censo foram constatadas 136 colorações, que procuravam descrever de forma mais precisa a cor do povo brasileiro. O que mostra que no Brasil raça é mesmo uma questão de marca. Além da evidência de branqueamento na resposta. O termo “branco” ganhou muitas variações, mais do que uma cor, ele representa quase uma aspiração social.

Na cor também existem estereótipos ligados à sexualidade, mostrando que no Brasil a identificação racial é quase uma questão relacional e isso varia de indivíduo para indivíduo, dependendo lugar, do tempo e do próprio observador.

No Brasil, os negros que não querem se definir como negros e tem uma condição melhor tendem a se auto definir como escuros ou mulatos e os mestiços como brancos.

Na sociedade brasileira o branco sempre simbolizou a paz e o negro a cor do mal. Por isso, sempre se buscou o branqueamento. Nas relações cotidianas, no espaço das escolas, sobretudo, nas atividades pedagógicas desenvolvidas, as meninas negras são sistematicamente impedidas de assumir o papel principal. Um exemplo disso ocorre nas peças escolares, os anjos das procissões, sempre ficam com as crianças de pele clara. Esse tipo de comportamento também pode ser identificado nas telenovelas brasileiras, quase nunca dão o papel de protagonistas a um ator negro ou atriz negra.

Já é natural na população brasileira à ideia de que formamos uma nação multicultural, mas também é inegável que vivemos em uma sociedade marcada pela escravidão, com grande e fundamental participação econômica e social dos negros.

E todos esses povos trouxeram na bagagem sua cultura, costumes e tradições. E essa bagagem se mesclou a cultura, costumes e tradição dos povos que já estavam aqui. Cada etnia, adotando alguma característica das outras etnias imigrantes ou das etnias locais (CIDRE e MARTINS, p.06).

No geral, o racismo singular no Brasil é mantido e reproduzido através do discurso “somos racistas, mas nosso racismo é melhor, por que é mais brando que os outros”.

Se a mestiçagem não é um atributo único no Brasil, foi aqui que o mito da convivência harmoniosa ganhou sofisticação e vida ímpar o que lhe assegurou um lugar modelo.

No entanto, o que se observa no Brasil, é uma construção pautada de forma singular, através da ausência de uma política discriminatória oficial e da construção de uma “harmonia racial” que jogou para o plano pessoal – privado- atitudes racistas, e que tenta camufla-las no âmbito público até os dias atuais.

Pode-se dizer que não há “democracia racial” no Brasil; contudo, não pelo fato de haver desentendimento entre as raças, mas pelo fato de não haver uma democracia efetivamente sólida de modo geral entre a população, seja ela branca, negra ou mestiça.

O racismo persiste no Brasil enquanto fenômeno social presente em todos os setores da sociedade, inclusive nas salas de aula, sempre fora admitido apenas na esfera privada. Trata-se de um racismo particular, visto que em nossa sociedade a cor da pele também está relacionada com o status social, como afirma SCHWARCZ;

Quanto mais branco melhor, quanto mais claro superior, eis aí a máxima difundida, que vê no branco não só uma cor mais também uma qualidade social: aquele que sabe ler, que é mais educado e que ocupa uma posição social mais elevada. (SCHWARCZ, 1998, p. 189).

1.2 A Escola: um espaço diverso por excelência, mas nem sempre acessível às pessoas negras.

O Brasil é uma nação formada por brancos, índios e negros, por isso, é indispensável e fundamental que todas as escolas públicas e particulares da educação básica ensinem aos (as) alunos (as) conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras.

As pessoas negras em virtude das dificuldades de acesso aos serviços de educação sempre são as que mais fracassam na escola, no entanto, o fracasso não se restringe a escola, também se expandiu e é decorrente da falta de políticas públicas que garantam aos negros direitos básicos de cidadão, o que os levou a ter um nível de condição de vida inferior, quando comparados aos brancos.

Desde o início da vigência da lei 10.639/03 a temática africana se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio das escolas da educação básica. Agora ensinar História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas não é mais uma questão de vontade pessoal e de interesse particular. É uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve as diferentes comunidades: escolar, familiar, e sociedade.

A nova lei (Lei 10.639/03) nos convida a fazer preposições e assim pensar o currículo como um meio capaz de contribuir para o ensino, sendo este uma ferramenta que potencializa questões étnico-raciais, que até então são raramente

postuladas. Desta forma, o currículo deve constituir-se em um documento que norteia, entre outras coisas, os conteúdos a serem trabalhados na escola e que traz questões de saber, poder e identidade, segundo Silva:

Então, a instituição da lei enfatiza que as questões raciais são questões de conhecimento, poder e identidade, e reconhece que a desigualdade de tratamento dispensado a negros/as e brancos (as) são questões históricas e políticas (SILVA, p.100, 2011).

Contudo, persiste no Brasil, ainda, o imaginário de existência da superioridade da raça branca. Crença reforçada por meio de valores e representação enraizada em todos os setores da sociedade, inclusive a educação, haja vista, que muito dos currículos escolares não debatem a temática de História e Cultura Afro-Brasileira.

Os livros didáticos, a formação acadêmica, as políticas educacionais para o Estado não valorizam a história e a cultura da África. [...] As pesquisas e trabalhos acadêmicos que buscam nossa raiz negra não chegam aos bancos escolares da educação básica (CIDRE e MARTINS, p.08 e 09).

Para dificultar ainda mais esse debate, existe ainda, a resistência dos docentes em admitir a presença e a influência da população negra em nosso país o que inviabiliza os trabalhos com os alunos e os debates entre os profissionais da educação sobre a temática.

Na prática, a diversidade que caracteriza o Brasil não é discutida e na maioria das vezes os próprios professores que deveriam ser profissionais habilitados não tem formação acadêmica para trabalhara temática história e cultura afro-brasileira e africana, uma vez que esta história e cultura estão na formação da sociedade brasileira. Como fica claro na exposição que se segue;

[...] o fato de uma professora reproduzir o estereótipo negativo com relação aos negros (as), quando afirmara: “nem todos os negros possuem cabelo ruim”. A professora em apreço demonstrou que concebia o cabelo do negro (a) como um tipo “ruim”, no entanto, havia alguns com cabelo considerado “bom” (CHAGAS, 2008.p. 13)

A lei 10.639/003 tem como objetivo principal divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir com objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e a valorização das identidades culturais brasileira e africana e como outras que direta ou indiretamente contribuíram para a formação da identidade nacional.

As discussões sobre a História da África, sua Cultura e sobre os negros brasileiros, ainda não consiste em uma prática cotidiana nas salas de aula das escolas brasileiras, principalmente quando se trata de estudar os africanos como um povo que fez e faz parte da história do Brasil e está, historicamente, na formação do povo brasileiro em todos os aspectos.

A discussão dessa temática vem sendo realizada pelos órgãos que regem a educação brasileira há décadas, mas os currículos ainda põem muito pouco desse tema em prática nas escolas.

O que se vê são professores (as) que discutem a África com seus alunos, apenas nas datas comemorativas ou reproduzem a ideia de inferioridade dos povos africanos, e em especial dos negros brasileiros, mostrando-os na maioria das vezes como povos escravizados.

Após a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, o Brasil buscou efetivar a condição de um Estado Democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que historicamente, enfrentam dificuldades para ter acesso e permanecerem nas escolas.

Infelizmente, o modelo de escola democrática ainda está longe de fazer parte da realidade brasileira, pois o que se observa na educação brasileira, é um desinteresse em discutir a temática afro-brasileira e africana, há o despreendimento de discuti-la em sala de aula, mesmo sendo o nosso país conhecido por seu caráter pluri e multi cultural.

Frente a essa lógica, é importante pensar que estamos todos inseridos/as em um contexto social que difundi ideias e valores de uma cultura até então vislumbrada

como hegemônica, ou seja, uma cultura branca, haja vista que vivemos em uma sociedade de hegemonia branca, com racismo presente, mas camuflado.

A nossa sociedade é um ambiente onde o negro ocupa espaço de inferioridade de maneira histórica, uma inferioridade apresentada nas relações de poder e sustentadas pelas ideologias dominantes, vislumbradas através das práticas sociais discriminatórias que estão enraizadas e assim, naturalizadas na sociedade brasileira.

Nesse contexto, vislumbramos o racismo presente de várias formas e em vários segmentos, dentre essas formas podemos destacar a presença do racismo nas instituições de ensino, em todos os seus níveis (da Educação Básica ao Ensino Superior). Desta feita, é a escola o espaço onde o preconceito, a discriminação e o racismo se manifestam de vários modos e formas, e fazem parte da nossa cultura.

Nesse sentido, a Lei 10.639/03, é um relato da necessidade de mudar-se o currículo das escolas brasileiras, tanto no âmbito das escolas públicas como nas escolas privadas. Assim, ela nos convida a refletirmos sobre a importância de pensarmos, dialogarmos e conseqüentemente colocarmos em prática as questões étnico-raciais. Tornando o currículo uma peça chave nesse processo.

Ao debater textos que discutem as questões da educação e o acesso à escola no Brasil podemos observar que em meados do século XX, os estabelecimentos de ensino eram frequentados em sua maioria por pessoas oriundas da classe média e alta, sendo restrito o número de pessoas menos abastarda com acesso a escola e mais restrito ainda a permanência das pessoas mais carentes, visto que a maioria necessitava entrar no mercado de trabalho precocemente.

No mercado de trabalho, os dados com relação à presença das pessoas negras são alarmantes e se expressam com clareza através dos indicadores desfavoráveis de emprego, rendimento e qualidade da ocupação. Segundo o Geledês, Instituto da Mulher Negra, os dados do IBGE 2010, deixaram essa diferença explícita:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou no último dia 22 o estudo "Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça" (PCERP), com informações coletadas em 2008, em uma amostra de cerca de 15 mil domicílios, no Amazonas, Paraíba, São

Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. Os resultados só reforçam o que já foi dito: 63,7% dos entrevistados afirmaram que a cor ou a raça influencia na vida. Entre as situações nas quais a cor ou raça têm maior influência, o trabalho aparece em primeiro lugar, seguido pela relação com a polícia/justiça, o convívio social e a escola.

O pequeno número de pessoas negras no mercado de trabalho é uma decorrência dos baixos índices de escolaridade expressa pelas dificuldades de acesso à educação básica de qualidade e maior incidência da pobreza, fatores esses, que os colocam a margem do progresso da sociedade.

Esses fatores, tais como baixo rendimento, níveis de escolaridade e ocupação no mercado de trabalho hierarquizam as diferenças e colocam as pessoas negras em desvantagens de oportunidades em relação aos não negros, distribuídos de maneira diferente pelo país.

A herança do processo de abolição da escravatura que manteve o regime de propriedade concentrada nas mãos de poucas pessoas negou os mínimos direitos econômicos e sociais aos descendentes dos antigos escravizados.

A permanência ao longo do século XX das diversas práticas discriminatórias no aparato repressivo, no poder judiciário e em diversas instituições estatais e civis (empresas, escolas, agências de empregos etc.), contra a população afro-descendente, tolhendo-lhe efetivamente os processos de mobilidades física e social, contribuiu para mantê-la excluída.

As diferenças existentes entre os brancos e os negros foram se evidenciando no decorrer da história do Brasil, logo que toda política produzida pela elite dominante, visava manter os escravizados a margem da pirâmide social. Isso, a longo prazo, impossibilitou o avanço e crescimento das pessoas negras no mercado de trabalho, como também contribuiu para a manutenção da imagem do negro como ser submisso, o que se manteve enraizada no seio das relações sociais.

Ao longo do século XX, em virtude da ideologia do mais forte sobre o mais fraco, o Estado, as empresas e o próprio poder judiciário ficaram inertes e condizentes com tais discriminações, identificamos na sociedade a elaboração de poucas medidas que buscassem a diminuição da pobreza, como também quase não vemos campanhas que mostram a existência da discriminação e a necessidade de combatê-las.

Não percebemos o estabelecimento de caminhos que permitam a diminuição das disparidades da sociedade brasileira, o que vem por confirmar a necessidade da implementação de mecanismos de controle e combate das desigualdades sociais e raciais, que tendem a ser perpetuadas na sociedade em pleno século XXI. A Lei 10.639/03 é um desses mecanismos de combate a desigualdade social que persiste no Brasil.

Com a manutenção da desigualdade a elite pseudobranca continua a perpetuar a imagem negativa dos negros, e é no espaço escolar que os militantes dos movimentos negros buscam a implementação de ações que possam resgatar a imagem positiva do negro destruída pela política colonial dominadora.

Mas para que isso aconteça, faz-se necessário, a formação de sujeitos capazes de exigir das autoridades e de toda sociedade políticas públicas que garantam tratamentos igualitários em todos os setores sociais.

Outra questão de grande relevância, ao discutirmos a implantação da Lei 10.639/2003, é pensarmos quais os conhecimentos que temos sobre África, como vamos ensinar aos nossos alunos um tema que não temos conhecimento mais aprofundado?

Como se sabe a história África e a história das pessoas negras no Brasil é fortemente marcada por silêncios, estereótipos e preconceitos que dificultam a expansão de um conhecimento empírico sobre o tema.

O conhecimento que a grande maioria da população tem sobre o continente africano estar marcado pela imagem da fome e doenças como é o caso da AIDS, ou a conhecemos pelo exótico, a exemplo dos safares.

Estou surpreso porque quem chega a Windhoek capital da Namíbia, não parece estar num país Africano. Poucas cidades no mundo são tão limpas, tão bonitas arquitetonicamente e têm um povo tão extraordinário como tem essa cidade [...] (OLIVA, 2003. p.430).

Essas palavras pronunciadas pelo ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva ao visitar um país Africano nos mostra o imaginário que a população tem sobre esse continente e conseqüentemente sobre o seu povo. Infelizmente essa é a África apresentada na mídia mundial.

São essas as informações que os meios de comunicação e os livros didáticos nos trazem, incorporando uma tradição racista e preconceituosa de estudos sobre a África e seu povo, visão que é repassada para os afrodescendentes.

Infelizmente, essa visão racista marca fortemente a educação escolar, sendo fruto de um passado marcado pela escravidão e de um presente racista e singular, onde se nega a existência do preconceito. Todavia atitudes racistas estão sempre postas socialmente, o que dificulta a ascensão e a permanência de negros nas escolas.

Os olhares de estranhamento sobre a África nos fornecem textos com leituras repletas de um imaginário que nos remete a época colonial, um modelo de continente onde a pobreza prevalece, um pensamento que é reforçado com o passar dos séculos. Os escritos são na verdade uma representação, ou seja, uma construção do real. Essa representação é na verdade, uma tradução mental de uma realidade distante passada por muitos através da oralidade.

[...] as representações são construídas em nosso imaginário não de forma passiva. Quase sempre incorporamos outras definições e conceitos de forma conscientes, e mesmo que adotemos determinada postura menos irrefletida, ela pode ser alterada a qualquer momento, dependendo dos reflexos que nos chegam e de nossa intenção.(OLIVA, 2003. P.432).

Ao discutir o conceito de representações, podemos perceber analisando os escritos de Chartier, que as representações nos auxiliam na percepção das particularidades históricas de dados grupos sociais, fazendo perceber a historicidade específica dos mesmos. Assim esse autor valoriza as mentalidades coletivas e nos permite compreender como os indivíduos se apropriam de determinados conceitos.

A problemática do “mundo como representações”, moldado através das series de discurso que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 1990. pp.23-24).

O conceito sociológico de representação, formulado por Roger Chartier e por ele expandido, nos fornece um suporte teórico a partir do qual tencionamos

interpretar em que aspectos as populações negras são estudadas nas salas de aula e especialmente na cidade de Barra de Santana/PB, nosso foco de estudo.

Acerca da representação Pesavento, afirma que o conceito emerge no início do século XX a partir de um novo olhar lançado sobre a história, e é por meio da representação que os novos olhares se organizam. Estes se expressam através de instituições, discursos, imagens e ritos, representações que estão introduzidas na realidade do homem.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua experiência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de forças integradoras e coesivas, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2003.p. 39).

A representação, segundo Pesavento, envolve processos de “percepções, identificações, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”. Exclusão que é uma marca do negro e da cultura negra na sociedade brasileira, conseqüentemente a exclusão da pessoa negra e de sua história é algo muito presente nas escolas brasileiras, o que faz com que nos currículos escolares, esses temas quase sempre não sejam abordados.

Vale ressaltar, que o poder da representação se dá não unicamente pelo valor da verdade e/ou verdades que ela possa ter dado através do discurso e de suas imagens. A sua força provém da capacidade de mobilização, produção reconhecimento e legitimidade.

Voltado os olhares para o mundo africano, podemos perceber que a representação é uma tradução mental de uma realidade externa percebida pelo mundo ocidental que nomeiam e os dão valores através de estereótipos cristalizados e os difundem como verdades, através de práticas e representações que são frutos de um confronto entre culturas.

Os olhares postos sobre a África são nesse sentido o olhar do “outro”, o olhar do estranhamento, do diferente e até do superior. Outro, que tem grandes dificuldades em emprestar significados e acolher as diferenças. Um olhar que dificulta a aceitação de elementos de identidades e de proximidades.

O olhar de estranhamento vem sendo passado de geração para geração, o que dificulta o conhecimento maior sobre o continente africano. Um conhecimento que seja fruto apenas do diferente, e não do inferior.

A compreensão de representações construídas pelos europeus e que se espalhou pelo Brasil com relação à África, faz com que o preconceito se mantenha na sociedade, inclusive nas salas de aula, o que dificulta o acesso dos alunos a uma história democrática onde todos têm voz e vez. Para que assim os alunos possam conhecer toda a diversidade, experiências e os múltiplos fenômenos culturais que fazem parte da história desse povo, que afinal somos todos descendentes.

É preciso discutir nas salas de aula o porquê da ideia de inferioridade do povo africano e de seus descendentes, mas para isso, faz-se necessário que existam políticas públicas que tornem essa história acessível ao(a) professor(a) para que ele primeiro conheça e assim possa discutir com seus alunos(as).

Mesmo já vivendo há mais de um século fora do regime escravocrata é comum vermos em nossa sociedade como os negros não estão livres das situações de desigualdade racial. Isso está claro nos dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra do Domicílio).

O PNAD nos mostra, sobretudo no que tange a educação, os dados relacionados a cursos universitários para estudantes de 18 a 25 anos de idade. Observamos que a população branca apresenta um nível bem mais avançado que a negra, haja vista que em 1997 e 2007, essa pesquisa apontou que em 1997, 9,6% dos brancos e 2,2% dos negros, tinham nível superior completo no Brasil, e em 2007 o percentual era de 13,4% para brancos e 4% para negros. O que mostra que em 10 anos essa diferença só veio a aumentar.

A prova maior dessa diferença pode ser percebida ao analisarmos o cenário social, econômico e principalmente educacional entre brancos e negros. Foi a união desses fatores que tornou fundamental a existência de uma Lei Federal que veio para conhecer e reconhecer a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Frente ao contexto de uma sociedade marcada por profunda discriminação, é que destacamos o espaço escolar como um lugar, infelizmente, enraizado por racismo, discriminação e também como um espaço onde esses temas não são

debatidos, ou quase nunca são tratados, por mais que os bancos escolares estejam ocupados por pessoas de cor.

Preconceitos e discriminação não são até agora, tema central na vida dos estudantes dessas escolas. Mas podemos ver pelo menos algumas tendências. Parece que os estudantes auto declarados pretos sentem mais a discriminação e o preconceito que os auto declarados brancos e pardos. (MAGGIE, 2006, p, 747).

O que observamos ao vislumbramos os debates sobre a Lei 10.639/03, é que esta vem causando muita polêmica e gerando poucas mudanças reais, haja vista, a presença da resistência à sua implementação. Vale lembrar, que a nossa sociedade é veementemente marcada pela exclusão do elemento negro na construção de sua identidade cultural.

Esse documento provoca vários desdobramentos pedagógicos e infelizmente mostra um fato preocupante, que é a ocorrência da grande resistência por parte dos educadores em fazerem alteração em suas práticas pedagógicas, para que assim possam incluir os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e assim construirmos uma educação antirracista.

Quando a obrigatoriedade da Lei, exigiu o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, uma das primeiras objeções que se fez é que não se ensina é porque nos faltavam subsídios, literatura e formação para tal” (CIDRE e MARTINS, 2008, p.02).

Nesse sentido, se faz necessário reconhecer a importância da promulgação de uma lei como a 10.639/003, que veio para conscientizar, inicialmente, educandos e educadores da existência do racismo discriminação evidente na sociedade brasileira, e que se crie uma política pública de formação para o professor e de elaboração de material didático para esse trabalho.

O que pudemos constatar, ao analisarmos a realidade curricular das escolas é que na prática quase nada mudou, poucos são de fato as redes de ensino que começam a engatinhar nessa perspectiva e, darem uma nova roupagem aos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

[...] Além de apresentações pontuais e esporádicas sobre aspectos da cultura afro-brasileira, quase sempre em datas comemorativas, como por exemplo, o Dia da Consciência Negra, ou em eventos como as Semanas Culturais promovidas pelas escolas de Ensino Fundamental e Médio, na essência nada mudou (CIDRE e MARTINS, 2008, p.02).

Assim, é imprescindível o reconhecimento por parte de professores e alunos dos diversos campos de conhecimento e saber, de modo que aconteça um processo amplo de diálogo e de prática escolar. Lembrando sempre, que é essencial para isso a conscientização de que professores e alunos são membros de uma sociedade e logo estão envolvidos por um processo histórico.

De fato, é imperativo para que ocorra uma verdadeira mudança, que a sociedade brasileira reconheça a presença do racismo e repense seu universo simbólico e suas ideologias que são em grande parte fundamentada pelo eurocentrismo, visto que, o processo vivenciado historicamente pela sociedade brasileira trouxe a invisibilidade do povo negro e de sua história, principalmente nos bancos escolares.

Assim como na sociedade em geral, também na escola nega-se a existência do racismo. E num raciocínio lógico e simples, se ele não existe, não precisa ser combatido, portanto nada precisa mudar, seja, nas práticas pedagógicas, seja nas grades curriculares, seja nos Planos políticos Pedagógicos das escolas (CIDRE e MARTINS, 2008, p.03).

Com isso, se faz urgente pensar uma sociedade antirracista que nos leve a conjecturar os conhecimentos que temos e os que iremos adquirir ao estudarmos a História Africana. Para isso, temos que reconhecer que fazemos parte de um contexto histórico que secularmente vem dificultado esse entendimento, e que isso vem impedindo uma educação pautada na diversidade.

Frente a esse contexto, encontramos várias dificuldades para pôr em prática esse trabalho, pois faltam ainda subsídios para que muitos dos professores o façam, além de existir por parte de muitos uma resistência em discutir a temática. Alguns educadores nem reconhecem a importância desse trabalho, o que compromete o processo de construção de uma sociedade mais igualitária, a começar pela educação.

A observação da prática escolar cotidiana mostra-nos que os docentes não estando preparados para falar sobre assuntos ligados a raça, etnia, gênero ou discriminação de qualquer tipo, preferem mascará-los ou ignorar sua existência na escola, nos conteúdos e materiais didáticos, nas práticas e estratégias pedagógicas e, naturalmente na comunidade em que se encontram inseridas (CIDRE e MARTINS, 2008, p.05)

Ao nos debruçarmos por essa teia de preconceitos é que vimos emergir com clareza a necessidade de uma desconstrução de discursos e conceitos firmemente arraigados na sociedade, o que torna fundamental novas discussões pedagógicas e novas práticas, que venham para quebrar a resistência de trabalhar a temática étnicorracial, visto que todos tem direito a educação.

;

[...] que o negro como todos os outros cidadãos brasileiros, tem o direito de cursar cada um dos níveis de ensino em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientadas por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimento, o que significa profissionais que possam lidar com as diversas situações decorrentes das desigualdades raciais, racismo, discriminação de forma a conduzir a reeducação das relações entre os diferentes grupos étnicos raciais. (CIDRE e MARTINS, 2008, p.04).

Entretanto, o universo de igualdade ainda está distante do real, já que persiste a resistência ao novo, às novas ideias. Sendo esta, uma barreira superável por meio de uma atuação pedagógica e social e através da dinâmica que perpassa o preconceito.

É olhando para as práticas pedagógicas e processos educativos presentes nas relações é práticas da escola e dos saberes desenvolvidos pelos professores [...] que se poderá descobrir onde mais transparece o racismo: se nas relações entre os alunos, entre docentes e alunos e comunidade escolar ou nos conteúdos e materiais didáticos, como livros e apostilhas. (CIDRE e MARTINS, 2008, p.04).

De acordo com Maggie, 2006, a sociedade brasileira tem uma dívida eterna com o povo negro, e as ações afirmativas são uma das formas de minimizar esse débito. Mas essa conscientização só veio emergir de fato do final do século XX para início do século XXI.

A Constituição de 1988 reconhece e condena o racismo, punindo-o como crime inafiançável. Nesse sentido, mantém a longa tradição formal republicana do a-racismo e do antirracismo. Para a Conferência de Durban, a delegação oficial brasileira propôs “ações afirmativas” em favor da “população afrodescendente”, entre elas o reconhecimento oficial da legitimidade de reparação para a escravidão e cota para os negros nas universidades públicas (MAGGIE, 2006, p, 741).

Assim, é visível que este tem sido o período em que a sociedade brasileira sentiu a necessidade de modificar o seu conceito de nação. Haja vista, que mesmo acobertado por um arcabouço jurídico antirracista, na prática nossa sociedade sempre discriminou o povo negro. O caminho para construção de uma nação igualitária perpassa obrigatoriamente pela educação, pois é através desta que se constroem cidadãos conscientes e participativos.

Capítulo II

MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO BRASIL

A escola e o fazer educativo que nela se desenvolve tem papel basilar na formação da identidade do ser humano. É nela que se inicia a produção do conhecimento privilegiado, por isso, é um lugar onde deve prevalecer o diálogo e o respeito às diversidades, haja vista que elas compõem a sociedade.

A educação constitui-se um dos princípios ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2005, p.07).

Contudo, essa não é a realidade vivenciada nas escolas brasileiras, visto que a presença do preconceito racial ainda é latente nos espaços escolares e nas práticas pedagógicas de professores (as). Devido a isso, faz-se necessário o diálogo entre todos que compõem o contexto escolar, como: gestores (as), professores (as), alunos (as), pais, entre outros.

Como historicamente o Brasil estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, os governantes desde o final do século XX iniciaram a implementação de um conjunto de medidas e ações públicas com o objetivo de corrigir injustiças sociais, eliminar discriminações, promover a inclusão social e a cidadania dos sujeitos, sobretudo, no espaço escolar. Para tanto, a partir do ano 2000 o Estado brasileiro passou a pensar, elaborar e executar políticas públicas específicas para os diversos segmentos da sociedade, com a finalidade de reverter o fosso entre eles.

As políticas públicas específicas se constituíram porque a sociedade brasileira se mostrou permissiva no aspecto legal, diante da presença das discriminações raciais existentes na sociedade. Trata-se, portanto, de um problema

histórico, cuja responsabilidade de enfrentá-lo e superá-lo envolvem toda sociedade e não apenas as pessoas negras, pois não foram elas que inventaram o preconceito racial. Este foi se constituindo socialmente a partir das ações dos sujeitos, assim como do Estado. Apesar disso é relevante o Decreto Nº 1331, de 1854. Tal documento ao ser editado, “estabeleceu que as escolas públicas não admittissem escravos e que a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade dos professores”. Em seguida, foi editado o Decreto 7.031 – A, editado em 1878, determinando que “os negros só podiam estudar no período noturno”. Todavia, o próprio governo se encarregou de criar estratégias que dificultaram o acesso das pessoas negras as escolas.

Tratava-se, portanto, de uma escola pública, porém excludente, visto que as pessoas negras foram impedidas de frequentá-la. Mesmo livre da escravidão o acesso das pessoas negras a escola não fora garantido, haja vista que o ensino fundamental não era universal, o que só veio a ocorrer em 1988 com a promulgação da Constituição Federal; quando da promulgação da considerada constituição cidadã. Nesse momento, a sociedade brasileira consolidou o “Estado Democrático de Direito” à medida que evidenciou a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Ainda assim, a sociedade brasileira possui postura preconceituosa, racista e discrimina as pessoas negras; o que faz com que elas ainda enfrentem dificuldades de acesso e permanência nas escolas. Nessa perspectiva,

O preconceito étnicorracial é fortemente reproduzido dentro das escolas e precisa, portanto, ser discutido entre os atores da escola. A escola nesse sentido torna-se um importante espaço de luta contra o racismo o que é tarefa de todos os que nela convivem, independente do seu pertencimento étnicorracial, crença, religião, ou qualquer outra posição social. (COSTA, 2009, p.01)

Com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, o Brasil passou a condição de Estado igualitário, com ênfase na igualdade legal para todos os cidadãos. Contudo, a realidade social ainda é marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito e de exclusão social das pessoas negras, o que faz com que muitos brasileiros sejam afastados do acesso à educação.

O direito à educação, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, como um direito fundamental de natureza social, vem detalhado no Título II, Capítulo II, Da Ordem Social. No entanto, não é cumprido a contento.

A adoção dos princípios, objetivos e fundamentos do Estado Social e Democrático de Direito fez com que a Carta Magna não se limitasse à fixação dos contornos do poder frente à liberdade do indivíduo, nem à organização das formas de participação popular na esfera das decisões políticas.

No âmbito do Estado, de caráter prestacional, a positivação jurídica de valores sociais passou a servir de base não apenas à interpretação de toda a Constituição, mas à criação, direção e regulação de situações concretas.

Neste contexto, as leis, no seu sentido de normas abstratas gerais, deixaram de ser o instrumento por excelência do Estado, uma vez que a promoção de seus objetivos sociais e a realização do princípio democrático, em sua materialidade, demandam intervenções por meio de políticas públicas (não foi por acaso que a opção pelo Estado Social e Democrático de Direito veio acompanhada de uma série de avanços no campo dos direitos fundamentais).

Pela primeira vez na história constitucional do país, a matéria “Educação”, foi tratada com o devido destaque, passando a contar com um regime jurídico diferenciado. Nesse sentido,

A Constituição Brasileira também reconhece como direito fundamental social à educação. Com efeito, depois de afirmar que a educação é direito de todos e dever do Estado (art. 205), a Carta Magna impõe que esse dever estatal seja efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito (art. 208). (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 731.)

Intitulada de Constituição Cidadã, a promulgação da lei maior da Federação Brasileira propôs várias mudanças legais a sociedade brasileira e trouxe a tona novas discussões. Vistas por muitos como um avanço para democracia, para cidadania e para dignidade humana, a Constituição de 1988 instituiu em seu Artigo 5º, que trata da igualdade entre os cidadãos: “a prática de racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei, em seu inciso XLII”, demonstrando um avanço do Poder Legislativo na relação com a sociedade.

A inclusão deste artigo, na lei maior, foi fruto das reivindicações históricas dos Movimentos Negros, no que diz respeito à discriminação racial presente na sociedade brasileira, já que práticas discriminatórias aliadas à exclusão social sempre impediram brasileiros (as) negros (as) de viver a plena cidadania. Todavia, a constituição de 1988 trouxe a possibilidade do exercício de uma cidadania plena.

O Capítulo III deste documento na Seção I é dedicado a guiar a Educação do país, e traça diretrizes que norteiam a formação do Estado de direitos, onde todos poderão ser vistos como iguais, como mostra o artigo **in verbis**:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC nº 19/98)
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisa e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
(...)

Com a publicação deste documento a Educação passou a ser um Direito Fundamental no Estado Nacional, e a escola tornou-se um espaço para formação de cidadãos e assim transformou-se também no lugar de luta contra o racismo.

De tal modo, tornou-se tarefa de todos que nela convivem, combater o racismo, o preconceito e a discriminação. Para que a escola seja de direito e de fato um espaço de construção social os governos brasileiros pós 1988 continuaram a criar leis que viabilizassem o combate ao racismo e a discriminação racial.

As leis dão diretrizes que orientam a formulação de projetos empenhados na valorização da história e da cultura dos afro-brasileiros e dos africanos. Numa tentativa de assegurar igual direito as histórias e culturas que compõe a nação brasileira.

Na continuidade da publicação de leis que viabilizem a educação para todos, foi editada em 1996 a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96), com o objetivo de “estabelecer as diretrizes da educação nacional”. Esta lei norteia os currículos escolares, mas as várias lacunas nela existentes permitiram a manutenção dos esquecimentos sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana. Permitindo poucas discussões sobre a diversidade étnica existente na sociedade brasileira. Embora o Capítulo II, desta lei dedicada a Educação Básica, na Seção I/ Das Disposições Gerais, paragrafo § 4º afirme que:

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

É inegável que a LDB, foi um avanço na história da educação brasileira, através dela foi possível redefinir alguns papéis e dar maior autonomia as escolas. Por meio dela, iniciou-se a transição institucional da educação brasileira, principalmente pela flexibilidade que ela permite. Isso tornou possíveis as mudanças que hoje identificamos na educação brasileira. Para tanto, foi preciso alterar seu texto original em 2003, ou seja, quinze anos depois de sua promulgação. Tal alteração possibilitou um trabalho mais eficaz da política antirracista e anti-discriminatória instituída pelo Estado brasileiro. Desta feita, foi publicada a Lei 10.639/03, que tornou obrigatória a inclusão nos currículos escolares da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Este documento veio mostrar a urgência e necessidade de mudanças na dinâmica das relações etnicorraciais existente na sociedade brasileira.

Na continuidade das políticas relativas à diversidade cultural e a pluralidade étnica existente no Brasil, foi publicado em 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), lançado dois anos após a LDB, mesmo sendo um documento normativo, veio com a finalidade de ampliar e aprofundar o debate sobre educação, e nele é imprescindível o envolvimento não só da escola, mas também dos pais, dos governantes, dos gestores e da sociedade civil organizada. A perspectiva é possibilitar a todos:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (Parâmetros Curriculares Nacional, 1998, p. 07).

O PCN foi mais um documento lançado com uma nova proposta, qual seja respeitar as diversidades regionais, culturais e sociais existentes no Brasil. Visto que, a diversidade tão presente na sociedade brasileira ainda não estava presente nas discussões escolares. Assim, eles adentraram o cotidiano escolar fizeram

emergir novas discussões nas escolas, permitiram debates sobre a pluralidade cultural, levantaram novas questões entre os profissionais da educação e deram subsídios que tornaram os profissionais da educação melhor preparados para lidar com o preconceito presente no cotidiano escolar, na perspectiva de enfrentá-lo e combatê-lo.

Assim, os PCNs, reafirmaram a laicidade do Estado posto na Constituição Federal, eles tornaram a educação um espaço democrático, visto que a igualdade e a liberdade foram difundidas, pelo menos teoricamente. Permitiram assim a formação de uma sociedade mais justa e livre, visto que novos comportamentos ganharam espaços. Este documento convencionou um novo papel para as escolas brasileiras; estas deveriam seguir os princípios constitucionais, tais como: ser um espaço laico onde todos são iguais e a diversidade cultural é trabalhada e respeitada. Infelizmente essas propostas ficaram mais na teoria que na prática diária de professores (as).

No final do século XX, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), deu início a uma série de ações governamentais que tomaram por base o reconhecimento, a valorização e a integração da população negra.

Uma das primeiras providências para alcançar esses objetivos foi a implantação da política de ações afirmativas para negros (as), cuja perspectiva era garantir o acesso das pessoas negras aos cursos profissionalizantes e universitários.

No início do século XXI, precisamente em 2001 o Brasil participou da Conferência de Durban, e ao lado de outros países participantes tornou-se signatário da III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Tratou-se de um evento com proporções mundiais que discutiu a temática do racismo na perspectiva de que o mundo tomasse consciência da urgência de combatê-lo e dos seus malefícios sociais.

Essa conferência teve como objetivo, conscientizar a população dos problemas decorrentes do racismo, além de produzir recomendações, rever os fatores históricos, sociais, políticos, econômicos e sociais, que produziram e

produzem a discriminação. Além de elaborarem recomendações que possam auxiliar os governantes a atuar de forma concreta e eficaz no combate ao racismo.

A maior dificuldade encontrada pelos organizadores das ações foi à rejeição do mundo ocidental à ideia de reparar os danos que a escravidão causou aos povos africanos espalhados no ocidente, pois reconhecer seria o mesmo que confirmar as práticas de escravidão outrora praticadas e hoje tão repudiadas.

A questão das reparações pela escravidão, a que se associava a ideia de um pedido de perdão pelo colonialismo, foi sem dúvida, das mais complexas e, inclusive por não se tratar de reivindicações unívocas (ALVES, 2002, p.05).

Entre os temas endossados em Durban estava a criação de estratégias que tornasse possível a existência da “igualdade plena e efetiva” entre os povos do mundo, o que será possível se combatendo “o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata”. Nesse encontro, foi reconhecido que todos esses problemas são causados por motivos de raça, cor, descendência, origem nacional e étnica. Ainda destacou-se o conceito de “raça” como sendo uma construção social, histórica e política.

Foi também nesse evento mundial que houve o reconhecimento da escravidão e do tráfico de escravos como tragédias desumanas da história, por sua barbárie, sendo este um crime cometido contra a humanidade. Todos esses avanços tomaram contornos mundiais, possibilitaram que o Estado brasileiro mantivesse e criasse políticas públicas de combate ao racismo e a discriminação presente na sociedade.

A partir de então o Estado brasileiro reconheceu a disparidade existente entre brancos e negros na sociedade, assumiu a publicação deste documento federal e o compromisso de eliminar as desigualdades etnicorraciais.

Desse contexto, emergiram novas posturas de combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação, visto que o PNHD (Programa Nacional de Direitos Humanos), institucionalizou o Programa Nacional de Ações Afirmativas e em seguida o Governo Lula criou a Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) e elaborou o Estatuto da Igualdade Racial e as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Com essas medidas o governo buscou instituir as políticas de ações afirmativas para as populações negras e assim promoveu alterações de caráter positivo no cotidiano da população negra brasileira, ou seja, deu continuidade aos trabalhos que possam tornar possível a construção de uma sociedade mais igualitária, democrática, onde a liberdade e a justiça prevaleçam. Assim, passou a romper com os entraves que impedem a ascensão da população negra, e passou a valorizar a diversidade.

[...] ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito de educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2005, p.10).

A publicação das diretrizes ocorreu no contexto das políticas de ações afirmativas para as populações negras. Esse documento abriu caminho para a construção de mudanças necessárias para a sociedade brasileira. Haja vista, ser destinado não só para os gestores escolares e professores (as), mas também para os estudantes e suas famílias, enfim, para toda comunidade escolar.

A publicação das diretrizes foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Educação (CNE), este documento veio garantir que o trabalho nas escolas na perspectiva das relações étnico-raciais seja realizado por um viés positivado, de modo que sejam deixados de lado os estereótipos acerca das pessoas negras ainda presentes no imaginário da sociedade. O caminho agora é promover o valor da diversidade presente na sociedade, sem negar as raízes multiculturais.

Essa foi mais uma das formas encontrada pelo poder institucionalizado para garantir que nas escolas exista uma educação étnico-racial, uma escola onde a diversidade prevaleça, visto que, a relação entre racismo e educação sempre esteve presente na sociedade brasileira.

No Brasil há um vasto registro de preconceito, estabelecidos e reproduzidos através das práticas e discursos, neles a ideia de diferença, nos faz enxergar o outro

de uma maneira negativa, perdura o imaginário negativo acerca das pessoas negras, o que faz crescer o racismo na sociedade brasileira.

As desigualdades sociais e raciais sofridas pelos negros ao longo de mais de trezentos anos levaram ao desencadeamento de uma série de resistências que foram se moldando e se transformaram em bases sólidas capazes de sustentar o ideal de liberdade e igualdade almejada pelos movimentos antirracismo. Acrescida, ainda mais, pela fragmentação política desse povo o que reforçou mais a “história africana” inventada pelo europeu.

O abismo que separa as condições de vida da população branca, da negra na sociedade brasileira é notório em todos os aspectos, principalmente no que diz respeito às oportunidades de vagas no mercado de trabalho, a escolaridade e os rendimentos. Não só esses fatores, como também, vários outros contribuem para a inviabilização de crescimento e inserção dos negros nos diferentes setores da economia globalizada.

A publicação das diretrizes curriculares nacionais teve o intuito de reparar os danos sofridos pelos negros durante séculos de escravidão, além de serem medidas concretas de combate ao racismo, preconceito e discriminação social, a começar pelo espaço escolar. Nesse sentido as,

Políticas de reparações voltadas para educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, aquisição de competência e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos [...]. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2005, p.11).

De acordo com este documento, reconhecer as injustiças sociais presentes na sociedade brasileira, significa fazer justiça a um povo que sempre foi discriminado. Mas o próprio documento afirma que a justiça que trará igualdade de direitos só será possível com uma mudança de postura com relação às pessoas negras, de modo que novos e diferentes discursos passem a coexistir e o mito da democracia racial seja desconstruído. Com a efetivação das novas políticas educacionais novas estratégias pedagógicas de valorização da diversidade passarão a existir.

Deste modo, a política de reparação racial passa pela existência de um conjunto de ações afirmativas, ou seja, um conjunto de ações políticas conduzidas à correção da disparidade racial e social que ainda existe na sociedade brasileira. As medidas de reparação relacionadas ao sistema de ensino tem o intuito de reparar e valorizar a história e a cultura afro-brasileira e africana.

Assim sendo, a educação das relações etnicorraciais impõe aprendizagem entre brancos e negros, trocas de conhecimento, quebra de desconfianças, projeto conjunto de construção de uma sociedade justa, igual equânime. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2005, p.14).

Para que essas medidas sejam postas em práticas é necessário que haja condições mínimas para o desenvolvimento de uma boa educação, condições que perpassam por questões físicas e matérias dos prédios escolares, mas principalmente pela valorização dos (as) professores (as) e alunos (as).

Logo, uma educação desse tipo só é possível, se todos juntos trabalharem pelo fim da desigualdade racial e social, proporcionando a construção de uma sociedade democrática, onde prevaleça posturas sociais justas que garantam a todos o acesso ao conhecimento científico, consolidando assim um espaço democrático e igualitário.

Nesse sentido, alunos (as) e professores (as) terão que desfazer a mentalidade racista e discriminatória, através da implementação de uma pedagogia antirracista. Construindo uma identidade nacional que possa comportar todos os brasileiros, independentes dar cor de sua pele. Para tanto, será necessário uma,

Pedagogia de combate ao racismo e as discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações etnicorraciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2005, p.16).

Assim, podemos concluir que, a partir da alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Conselho Nacional elaborou um parecer CNE/CP 003/2000 e instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das

Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana a serem desenvolvidas por instituições em todos os níveis de ensino, abrindo novos caminhos para que tenhamos uma educação para diversidade no Brasil.

Os dois documentos (Lei e Diretrizes) são partes de um conjunto de políticas de ações afirmativas, sendo estas, uma política de reparação e também de reconhecimento, que traz como objetivo principal reconhecer e valorizar a história, a cultura e a identidade negra.

A reparação irá garantir a população negra o direito não só de ingresso como também de permanência nas instituições escolares, além de ser uma forma de valorização de sua história e de sua cultura. Constitui-se também no:

Reconhecimento, da igualdade de direitos civis, sociais, culturais e econômico; da valorização dos traços culturais que distinguem os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira; da adoção de políticas educacionais que valorizem a diversidade [...] (SILVA, 2011, p.99).

Toda ação de implementação das diretrizes curriculares vem sendo elaborada como forma de assegurar que em todos os níveis educacionais se reconheça e se valorize a identidade negra, na busca pela consolidação da pluralidade étnico-racial para que assim consigamos identificar e superar as manifestações de racismo, preconceito e discriminação.

O objetivo maior é construir nas instituições uma nova e igualitária relação com os diferentes grupos étnico-raciais. Está é uma forma de incentivar o trabalho com as políticas de igualdade social através da educação, pois os estabelecimentos de ensino são espaços para reconhecimento e valorização da história e cultura de qualquer povo.

Por fim, as diretrizes são uma dimensão normativa, que tem por objetivo traçar caminhos que proporcione aos gestores e professores formas de viabilizarem essa nova forma de pensar a educação no Brasil. Através dela é possível alcançamos uma educação de qualidade, tencionando e valorizando todos sem discriminação. Contudo, isso só será possível se os sistemas de cada Estado trouxerem esses debates para suas redes de ensino.

Nessa medida, cabe aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aclimatarem tais diretrizes, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos, a seus respectivos sistemas, dando ênfase à importância de os planejamentos valorizarem, sem omitir outras regiões, a participação dos afrodescendentes, do período escravista aos nossos dias, na sociedade, economia, política, cultura da região e da localidade; definindo medidas urgentes para formação de professores; incentivando o desenvolvimento de pesquisas bem como envolvimento comunitário. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2005, p.26).

Dessa forma, para que essas discussões feitas pelas diretrizes sejam postas em prática é necessário que os professores (as) combatam a discriminação e deem à escola uma nova “identidade” na área didático-pedagógica, onde os alunos negros consigam se vê nos conteúdos trabalhados.

Para que isso aconteça, é necessário que a história e cultura afro-brasileira e africana sejam implementadas no currículo escolar, e assim se façam presentes na sala de aula.

Na perspectiva de efetivar esses novos discursos, o governo lançou em 2011 o Plano Nacional de Educação para o período de 2011 a 2020. O novo Plano Nacional de Educação (PNE) veio para ser posto como uma política de Estado, apresentado no Congresso Nacional pelo Projeto de Lei Nº 8.035/2010, sendo resultado de inúmeros debates, numa tentativa de alcançar os anseios da sociedade.

Este documento tem como objetivo principal garantir a educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, para que assim possamos ter direito a igualdade e o direito à diferença nos espaços escolares.

Nesse sentido, o PNE articulou em favor do pluralismo democrático e consequentemente da universalização do acesso à educação, além disso, se buscou através desse documento a criação de políticas públicas que viabilizassem a permanência de todos na escola, garantindo a inclusão social, mediante a promoção de um efetivo processo de ensino aprendizagem.

As ações afirmativas no campo da educação trouxeram também debates contra a exclusão, que na maioria das vezes é motivada por preconceitos e

discriminação de natureza étnico-raciais entre outras formas de exclusão social, como expõe o artigo, **in verbis**:

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais;

Como sabemos, a Educação Básica em nosso país ainda é um espaço profundamente marcado pela desigualdade racial, onde o direito de aprender ainda não é garantido a todos, além disso, existe uma diferença de qualidade alarmante na educação brasileira.

Frente a essa lógica, é importante lembrar que boa parte da desigualdade acontece por via do aspecto racial, assim a população afrodescendente ainda é a que mais enfrenta cotidianamente preconceito, racismo e discriminação no Brasil.

Nesse complexo contexto histórico, as questões étnico-raciais, e as questões concernentes ao povo negro, sobretudo, quando tratamos de educação é um abstruso espaço de preconceito e discriminação. O que nos faz entender que a realidade vivida pelo povo negro no Brasil vai além das características físicas e raciais, perpassando por uma dimensão simbólica, cultural, territorial, política e identitária.

Capítulo III

REPRESENTAÇÕES SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS BANCOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTANA/PB.

3.1 A Lei como Ferramenta de Combate ao Preconceito, Racismo e a Discriminação nas escolas.

As publicações de leis como: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, podem ser consideradas um avanço, haja vista, que a junção destas, permitiu que fosse apresentada aos alunos (as) a história e a cultura dos afro-brasileiros. Tal fato se constitui, também, em uma maneira de reafirmar o negro como povo brasileiro e sua história como integrante da história do Brasil.

A publicação das leis supracitadas são anteriores e posteriores a lei 10.639/003 e, no entanto, foi com a promulgação dessa lei que se tornou obrigatório o trabalho nas escolas com os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Isto significou o reconhecimento da importância das questões do combate ao preconceito, ao racismo e a discriminação, e assim proporcionou que a escola e as práticas que nela se desenvolvem se constituísse em uma frente de discussão com vistas a combater a desigualdade social tão presente na sociedade brasileira. A escola sozinha não pode superar a desigualdade social, todavia, a partir do trabalho pedagógico que desenvolve pode formar sujeitos/cidadãos capazes de transformar-se e transformar a sua realidade.

Assim a promulgação da lei 10.639/003 viabilizou os debates com os (as) alunos (as) das temáticas que comprovam a importância das pessoas negras na sociedade brasileira, levando-os a perceberem a presença do povo negro na construção da História do Brasil.

Trata-se de uma lei que veio apontar a importância do reconhecimento e da valorização das contribuições dos povos africanos na formação do Brasil permitindo

assim o combate à discriminação e ao racismo, principalmente no espaço escolar. Isso representa um passo significativo no fortalecimento da cidadania, através da efetivação dos conteúdos de africanidades no cotidiano da escola, o que permitiu a ampliação do conhecimento sobre as expressões culturais herdadas da África pelo povo brasileiro, visto que,

[...] africanidades são expressões de culturas de raiz africanas, manifestações histórico-culturais diretamente vinculadas a visões de mundo, enraizadas em jeito de ser, viver, pensar e construir existências próprias de mundo africano. (Presença Pedagógica, 2012 p.34)

Como o Brasil é um país com profundas raízes africanas, a institucionalização deste debate veio solidificar o fazer pedagógico nas escolas. A partir de então, foi permitido à reformulação dos currículos escolares no sentido de transformar a educação numa prática comprometida com a diversidade, de modo a formar cidadãos atuantes e críticos.

Foi a partir da publicação da Lei 10.639/03 que se tornou eficaz o combate ao racismo nas salas de aula, visto que essa lei garantiu que cotidianamente no espaço escolar sejam realizados trabalhos no sentido de reverter o quadro de discriminação racial ainda existente no Brasil.

No entanto, a pluralidade e a diversidade ainda não são temas centrais nas salas de aula das escolas públicas e particulares deste país. Muitos professores (as) ainda não têm uma prática reflexiva, de modo a viabilizar as discussões sobre desigualdade social e racial.

O conteúdo expresso na lei 10.639/003 remete professores (as) e gestores (as) a pensar a escola como espaço de promoção da igualdade nas relações étnico-raciais, o que se constitui num passo importante para a transformação da sociedade.

A existência da lei é uma forma legal de garantir a implementação das discussões sobre esse tema no cotidiano escolar, mas existem poucos trabalhos desenvolvidos nas escolas brasileiras com relação a temática étnico-racial. Nas escolas os debates ainda ocorrem timidamente, e um dos fatores que dificultam o avanço dos trabalhos é o não acesso dos (as) professores (as) aos materiais pedagógicos existentes. No geral,

As imagens que chegam à escola sobre o negro, publicadas nos livros didáticos ou trazidas pelos professores, ainda são aquelas em que artistas clássicos e modernos resumem a figura do negro a um ser exótico, além daquelas que retratam uma situação estigmatizada da escravidão (Presença Pedagógica, 2012, p.34).

O não acesso dos (as) professores (as) ao material didático sobre a história e cultura afro-brasileira e africana faz com que as dificuldades de se trabalhar com essa temática cresçam, e impossibilitam os alunos (as) a refletirem e estabelecerem uma ponte entre a sua cultura e os conteúdos vistos na sala de aula. Estes geralmente são fundamentados na cultura conhecida como “universal” que na verdade é a cultura do ocidente. Nesse sentido, os trabalhos produzidos sobre a Europa a que os (as) professores (as) tem acesso em sua grande maioria, reforçam a ideia da África como “menor”.

Frente a essa questão, percebemos que mesmo já tendo passado uma década da publicação da lei 10.639/003, muitos professores (as) parecem ainda não compreender a importância do trabalho com temáticas que reconheça a diversidade cultural do Brasil, desfaça os estereótipos, e assim garanta sentimento de pertença aos (as) alunos (as) de origens afrodescendentes. Assim, o (a) professor (a) na sua prática superará a imagem com que as pessoas negras são constantemente apresentadas nas escolas; unicamente como escravizados. Esse tipo de representação oculta à história dessas pessoas e suas práticas culturais no Brasil reforça os estereótipos negativos. Afora isso,

Há professores que desenvolvem o tema em sala de aula, mas muitas vezes folclorizam e estigmatizam a imagem do negro, pensando ser essa a melhor solução para manter a harmonia em sala de aula e reafirmar que não existe racismo entre seus alunos (Presença Pedagógica, 2012, p.35).

O exposto acima é uma comprovação da forma desarticulada de como era, e ainda em muitos casos, é trabalhada a história e a cultura afro-brasileira e africana nas salas de aula das escolas deste país. Em muitos trabalhos realizados nas escolas professores(as) tratam a história das pessoas negras de forma romantizada, folclorizada e até naturalizada. Basta pensarmos na maneira como a história do (a)

negro(a) é trabalhada nas escolas, ela entra na carona do tema escravidão, e este fato secular é posto como uma condição natural dos africanos e das pessoas negras no Brasil.

Outro ponto relevante, ao discutirmos a implementação da lei 10.639/003, é a subjetividade dos (as) professores (as), quer dizer dos sujeitos, e isso é mais uma dificuldade para efetivação deste trabalho, tão necessário para transformar a sociedade brasileira, sobretudo, no que diz respeito à percepção das pessoas negras. Além disso, muitos professores (as) não reconhecem, não respeitam e não valorizam a diversidade e nas suas práticas pedagógicas também desconsideram a formação cultural brasileira. Outro fato que não podemos esquecer é a formação do professor (a); apesar de terem passado pela universidade não tem conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Não buscam superar essa lacuna e frente às questões étnico-raciais muitas vezes preferem o silêncio.

É sabido que a pouca formação dos professores sobre questões da diversidade tem dificultado a aplicação da lei. O trabalho com africanidades ainda fica restrito ao interesse de alguns profissionais [...] (Presença Pedagógica, 2012 p.36).

O silêncio da escola, também foi uma ferramenta muito eficaz durante todos esses anos, para manter a história do negro no esquecimento, pois através dele a desigualdade imposta socialmente foi alimentada, o que contribuiu para que os (as) alunos(as) afrodescendentes se sentissem impossibilitados de compreenderem seus próprios instrumentos culturais.

Nesse sentido, a lei 10.639/003 deve ser compreendida como conquista dos movimentos sociais negros que sempre lutaram por igualdade social no Brasil. Desde outrora os debates empreendidos foram embasadas na superação do processo de inferiorização a que as pessoas negras foram submetidas, na não reprodução da discriminação racial que também está presente no cotidiano das instituições de ensino.

A promulgação de uma lei que debate a temática africana só veio mostrar como é necessária essa discussão no cotidiano escolar. Mas a sua simples existência não garante a aplicação e, conseqüentemente não garante mudanças. Para se vislumbrar mudanças reais na sociedade brasileira, ainda tão arraigada de

preconceitos, é preciso à adoção de uma postura politizada de ensino de história e cultura das pessoas negras, consubstanciadas por um currículo pensado para incorporar as questões étnico-raciais.

Com a implementação da Lei 10.639/03, os pensadores da educação passaram a vislumbrar o currículo através da perspectiva da diversidade e, portanto da construção do processo indetitário, visto que,

A lei é pautada na reivindicação para inclusão das formas culturais que refletem a experiência de grupos que sofreram um processo de colonização opressor e tiveram suas identidades culturais e sociais marginalizado pela identidade europeia/ocidental dominante (SILVA, 2011, p.102).

Nesse sentido, a lei colocou em pauta o enfrentamento das questões raciais, que a muito eram marginalizadas nas instituições educacionais. Para que esse debate seja posto em prática, se faz necessário o comprometimento não só das escolas públicas e privadas, como também das instituições de ensino superior, pois são elas que formam professores (as) que irão pensar os currículos das escolas, e elaborar propostas no sentido de preparar o alunado para lidar de maneira politizada e crítica com as questões étnico-raciais.

O ideal seria que as instituições de ensino superior formassem docentes capazes de desmistificar o imaginário social de marginalização acerca das pessoas negras. Para que assim, as pessoas negras fossem reconhecidas como sujeitos que estão presentes na formação econômica, social, cultural e política do Brasil e não sejam estudadas apenas como um segmento marginalizado da sociedade. Esse tipo de abordagem permitirá uma mudança de olhar acerca das pessoas negras e suas práticas culturais não só nas escolas e nas instituições de ensino superior, mas sobretudo, na sociedade.

A Lei 10.639/003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana vieram chamar a sociedade para o debate das questões étnico-raciais na busca de construir uma educação e, conseqüentemente, uma sociedade antirracista no Brasil.

Sabemos que essa não é uma tarefa fácil, visto que as práticas culturais das pessoas negras sempre foram marginalizadas, e por extensão “apagadas”. Nesse sentido, passar a lidar na escola com uma cultura há muito tempo não enxergada pela sociedade exige compromisso das instituições de ensino, sobretudo, com a formação de um corpo docente preparado para debater tal questão. Em meio a esse processo e sendo o currículo uma ferramenta de poder que pode ressignificar o conhecimento trazendo a temática para o centro das discussões, tornando-se assim um aliado importante para mudar a percepção da sociedade brasileira em relação as pessoas negras e suas práticas culturais.

A educação étnico-racial tem como objetivo divulgar, produzir e trabalhar na escola e na comunidade, atitudes, posturas e valores que tratem da pluralidade racial, preparando os (as) alunos (as) no sentido de respeitar e aceitar as diferenças.

Através do trabalho pensado pelo caminho da educação étnico-racial, nas salas de aula com os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana professores e alunos passam a conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio do Brasil, bem como os aspectos socioculturais de outros povos, o que propicia estudantes a se posicionarem contra qualquer discriminação baseada nas diferenças culturais.

Tal trabalho é fruto de ações afirmativas, essa política no campo da educação reconheceu a escola como lugar para formação de cidadãos, reafirmação e valorização das matrizes culturais que formam o Brasil e pode educar as pessoas a viver num país rico, múltiplo e plural.

As Leis publicadas pós a promulgação da Constituição Federal de 1988, são instrumentos legais que orientam as instituições educacionais a trabalharem a diversidade presente na sociedade. Entretanto esse trabalho ainda não se universalizou nos sistemas de ensino, visto que,

A pouca discussão sobre a história e cultura africana, impede um entendimento da história e da cultura brasileira a partir da visão dos afrodescendentes, pois sem este conhecimento ela se torna uma história unilateral, branca, determinada por concepções eurocêntricas. Assim torna-se indispensável um mergulho na história e na cultura africana, pois a sociedade brasileira é produto da participação de africanos e afro-descendentes em associação com povos de outras origens, tornando assim a história do Brasil mais

exata, pois apontará traços de nossa cultura que estavam sendo relegados ao esquecimento (OLIVEIRA, 2003, p. 02).

Mesmo com todos os problemas, é inegável que a publicação da Lei 10.639/03 foi um marco histórico, ela simboliza e sintetiza muitas das lutas antirracistas no Brasil, além de proporcionar a renovação dos trabalhos relacionados às questões sociais na educação brasileira.

Nesse sentido, e dada à devida importância do trabalho com essa temática, faz-se necessário que os sistemas de ensino e as instituições dedicadas à educação, dediquem especial atenção à incorporação nas práticas escolares da diversidade étnico-racial existente na sociedade brasileira.

Trabalhar a educação na perspectiva das relações étnico-raciais é um passo para valorizar a presença histórica das pessoas negras na formação da sociedade brasileira. Contudo, as exigências legais que traz essa lei, só sairão do papel quando os (as) professores (as) e alunos (as) tiverem acesso à formação sobre a temática. Como nos mostra Oliveira:

Torna-se necessário que os envolvidos com a educação sejam preparados para vivenciarem diariamente no contexto escolar, alternativas e práticas que ajudem a formar seres humanos mais justos e solidários e que saibam viver com as diferenças. (OLIVEIRA, 2003, p. 03)

Segundo Oliveira (2003), uma das ferramentas a ser utilizada neste trabalho é o componente curricular História, pois é através dele que haverá um enfrentamento das questões relacionadas ao preconceito racial. Esse componente curricular ajudará os educadores (as) juntamente com seus educandos (as), a construir um novo olhar sobre a diversidade existente na história e na sociedade brasileira. Construindo assim, uma visão mais diversificada e conseqüentemente menos equivocada das pessoas negras e suas práticas culturais.

Fazer esse trabalho em salas de aula com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira levará os (as) alunos (as) a refletirem sobre discriminação racial e valorizar a diversidade étnica, o que vai estimular valores e comportamento de respeito às diferenças. Esse trabalho ainda permitirá que os alunos se enxerguem

como sujeitos históricos e assim, possam pensar ações cotidianas que possibilitem o convívio com a diversidade de forma positivada.

É inegável que os trabalhos nas salas de aula com uma educação voltada para a diversidade se constitui uma dívida que a sociedade brasileira tem com a população afrodescendente, e esse estudo fará com que alunos (as) se sintam construtores da sua própria história. O que segundo Oliveira (2003), possibilitará:

Fazendo o aluno posicionar-se criticamente frente à cultura afrobrasileira, percebendo que nossa sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais diferentes, que tem culturas e histórias próprias, igualmente importantes e que juntos, constroem sua história. Acreditando que só de forma coletiva é possível valorizar ações de transformação na perspectiva da construção de uma sociedade baseada em relações sociais justas, igualitárias e solidárias. (OLIVEIRA, 2003, p.21)

Para que tudo isso ocorra é necessário que o currículo escolar seja repensado, visto ser ele uma ferramenta de apoio ao docente e o meio através do qual o (a) professor (a) legitima suas práticas pedagógicas. São os (as) professores (as) que validam de maneira silenciosa suas prioridades, e assim difundem os seus valores para os (as) alunos (as).

3.2- O Currículo e a Efetivação dos Conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas Escolas de Ensino Fundamental II do Município de Barra de Santana

O currículo, segundo Silva (2011), é um documento a ser seguido, indo para além de uma mera seleção de conteúdos, conhecimentos e informações da nossa cultura. O que torna necessário a ampliação dos seus conteúdos, de modo que se leve em consideração as pessoas, suas histórias de vida, referências culturais e contexto social no qual estão inseridos;

[...] entendemos o currículo como um artefato sócio educacional que secciona/regula os conhecimentos que devem ser compartilhados (currículo explícito), escolhas essas que perpassando por conexões

de saber, poder e identidade, exploram os limites dos conteúdos e atividades curriculares e interferem na configuração das sociedades. (SILVA, 2011, p.101).

O currículo como algo edificado é também uma construção que possibilita a aquisição do conhecimento, cuja característica é ser mutável. Desta forma, na sua construção deve se considerar a sociedade que está inserida e a sociedade que se quer construir. A percepção dessa questão permitirá que na sua elaboração privilegiem-se alguns conhecimentos em detrimento de outros, isso incide em escolher o que deve e o que não deve ser debatido em sala de aula.

A discussão sobre currículo é um tanto complexa, dada à natureza multicultural da sociedade brasileira, o que faz com que muitas vezes o aspecto multicultural da sociedade não seja posto em prática nas propostas curriculares elaboradas nas escolas; estas sempre homogeneízam os currículos como se alunos (as) fossem assim. Por isso é necessário;

[...] a urgência da ressignificação da escola e do currículo como um espaço de reinvenção das narrativas que forjam as identidades homogêneas. Nesse contexto, reconhecemos a relevância do debate sobre as novas formas de inclusão de sujeitos sociais com representação minoritária nos currículos (MIRANDA e OLIVEIRA, 2004, p.67).

Para que isso aconteça, Miranda e Oliveira, afirmam que é necessária a produção de um currículo multicultural que apresente uma proposta inclusiva, que põe em debate a presença de uma política que deem visibilidade aos negros e pardos.

Por esse prisma, o multiculturalismo pode ajudar aos grupos com representação minoritários incluídos em um quadro de hierarquias, posicionados com subalternos. Construir uma proposta educacional com essa perspectiva nos leva ao reconhecimento dos erros promovidos pela escolaridade e de suas marcas ao longo da história do sistema educacional. (MIRANDA e OLIVEIRA ,2004. p.67).

É inegável que a publicação de inúmeras leis que buscam promover a diversidade nos espaços escolares, vem permitindo novas políticas curriculares começando a produzir referências, possibilitando a emergência de um novo olhar

sobre os currículos e assim promovendo alteração das nossas práticas escolares, construindo um currículo produtor de identidades e que trabalha uma sociedade heterogênea.

A política educacional fundamentada na diversidade vem proporcionando mudança de postura nos materiais didáticos; estes até então traziam os tradicionais estereótipos negativos atribuídos às pessoas negras.

É inegável o pluralismo cultural do Brasil, mas na prática escolar ele ainda se mostra encabulado, pois a sociedade multicultural, ainda não conseguiu ultrapassar os muros das escolas e alcançar os currículos, haja vista, que ainda temos dificuldades de tornar a educação multicultural. Ou seja, formar cidadãos que não só convivam com o multicultural, mas respeite-o como condição natural.

O segredo dessa mudança pode estar nas políticas curriculares, ou seja, são elas que podem desempenhar o papel de promover meios de reconhecermos as diferenças como algo positivo, capaz de transmitir culturas, ou seja, repassar saberes.

Os instrumentos possíveis de serem pensados para alcançarmos uma educação de fato inclusiva dependem de uma orientação em torno de uma arena política onde os saberes interpretados como saberes “outro” ganham cenários (MIRANDA e OLIVEIRA, 2004, p.67).

Devido ao aspecto multicultural da população brasileira se faz necessário a construção de um currículo que traga uma abordagem teórica e pressupostos políticos capazes de possibilitar a construção de um currículo multicultural, que encoraje a prática de uma educação social com política voltada para a diversidade; um currículo que discuta, reconheça e respeite as diferenças sociais e históricas existentes no Brasil. Através de um currículo construído com base nesses pressupostos é possível à emancipação da sociedade e a prática da justiça, o que se constituirá com equidade e democracia.

Há muitos obstáculos a serem enfrentados, uma vez que o paradigma dos brancos perpassa as inúmeras instancias da sociedade e das políticas educacionais, as quais tendem a negar as diferenças existentes. Para que tenhamos na escola um currículo multicultural se faz necessário debatermos o modelo de escola que temos

e a escola que queremos. Queremos uma escola inclusiva, para tanto, será necessário reconhecer as falhas históricas presente na educação brasileira e a partir de então construir uma nova escola.

A tendência de reduzir a escola inclusiva como sendo apenas a que garante o acesso das pessoas negras é um problema a ser superado. A escola inclusiva não é aquela que apenas garante o acesso das pessoas negras ao seu espaço, mas a que o reconhece como sujeito de direito a aprender e manifestar sua cultura valoriza e respeita cultura que alunos (as) negros (as) trazem do espaço familiar. Esse fato torna ainda mais urgente os debates sobre a inserção da temática afro-brasileira e africana no cotidiano escolar, visto que a universalização do ensino público não propiciou mudança expressiva para a população negra, sobretudo, porque,

O enfoque empreendido na educação tem permitido melhor desempenho da população branca porque a política universalista focaliza a todos com cidadanias idênticas e possibilidades sociais equivalentes. E a inferioridade cultural sofrida pela população afrodescendente leva a uma diferença de oportunidades não consideradas nesse enfoque (MIRANDA e OLIVEIRA, 2004, p.72).

Para que de fato a escola seja inclusiva é necessário assumirmos o compromisso de enfrentarmos o problema da exclusão educacional e buscar a pluralidade cultural tão presente na sociedade brasileira. Esse enfrentamento pode ser dado através da aplicação de ações afirmativas que proporcionem os trabalhos com a Lei 10.639/03 e contribua para a sua efetivação. O que refletirá diretamente nos currículos escolares.

A educação é um processo em permanente construção, produzido a partir das experiências humanas, assim as práticas culturais existentes no meio social são imprescindíveis às realizações humanas. Logo, os currículos que procuram incorporar uma visão e uma prática voltada para a diversidade devem levar em consideração os fatores humanos, culturais e sociais dos indivíduos que frequentam a escola, uma vez que,

A diversidade é muito mais do que o conjunto das diferenças. Ao entrarmos nesse campo, estamos lidando como a construção histórica, social e cultural das diferenças que está ligada as relações de poder, aos processos de colonização e dominação. Portanto ao

falamos sobre diversidade (biológica e cultural) não podemos desconsiderar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e das lutas. (LINO, 2008, p.41)

Atualmente trabalhar com diversidade e currículo tornou-se quase uma obrigação, haja vista, a cobrança, por parte da sociedade, em transformar a escola em um espaço para todos. Baseando-se, sobretudo, no fato de que a diversidade encontra-se no cotidiano escolar faz-se necessário e urgente sua presença nos currículos escolares.

O Município de Barra de Santana/PB situado no Cariri Oriental começou a dar os primeiros passos na construção de uma educação voltada para a diversidade, através de uma política curricular de interação entre contextos inter-relacionados.

Através da construção de dois documentos oficiais “Currículo e Projeto Político Pedagógico”, os gestores da educação, de forma singela deram início ao trabalho de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

Diante da realidade da sociedade contemporânea na qual existem conflitos de classes, enfrentamento de situações de injustiça e exclusão social, devemos ter clareza da importância da escolha de quais conteúdos e estratégias metodológicas contribuem para formar cidadãos mais conscientes e participativos em prol de mudanças sociais. Nesse contexto, tanto os conteúdos quanto as possibilidades metodológicas devem sempre estar interligados, tendo em vista que o trabalho didático desenvolvido com dinamismo e criatividade tem como foco envolver os educandos na aquisição, produção e assimilação dos conhecimentos (Proposta Curricular Barra de Santana, 2012, p. 16).

O currículo, documento intitulado de “Uma Construção Compartilhada”, está organizado na seguinte sequência: apresentação com fotos dos encontros entre professores (as) e técnicos para sua elaboração, possibilidades metodológicas, avaliação, em seguida vem as propostas curriculares com a relação dos conteúdos para cada nível de ensino (Educação Infantil e Pré-Escola, 1º ao 5º ano, 6º ao 9º ano e Ensino Médio). Em seguida, o documento traz um tópico intitulado de “Organização Temática”, subdividido em: Educação do Campo, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais e

para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Educação de Jovens e Adultos e por fim, os anexos como diretrizes para construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da rede.

Na Proposta Curricular do Município há um texto que trabalha as questões postas pela Lei 10.639/03, nas disposições temáticas. Além de relacionar os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, principalmente na disciplina de História ministrada do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental II, e de forma simplória também na disciplina de Língua Portuguesa.

O texto oferecido na Proposta Curricular da Rede trás uma apresentação da lei 10.639/03 debatendo seus principais objetivos, além de expor objetivos da rede através dos trabalhos com essa temática, o texto cita também possíveis ações que o sistema de ensino propõe para esse trabalho. A lei nº 10.639/2003 acrescentou à lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) dois artigos: 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre ensino e cultura afro-brasileira e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na sociedade nacional. (Proposta Curricular Barra de Santana, 2012, p.231)

De acordo com o seguinte documento oficial, qual seja a Proposta Curricular da rede pública de ensino municipal ficara encarregada de elaborar uma proposta pedagógica que atendesse aos requisitos legais, através do trabalho em sala de aula, buscando dessa forma despertar o pensamento crítico e assim, formar nos alunos (as) uma mentalidade não racista, mas fundamentada na igualdade racial. Tudo isso fundamentado no reconhecimento da importância que as pessoas negras tiveram e tem na construção da sociedade brasileira, uma vez que:

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua compreensão e de seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (Proposta Curricular Barra de Santana, 2012, p.231-232).

Outro ponto relevante na Proposta Curricular Municipal é o fato de destacarem a importância de capacitar os professores para uma educação que viabilize a diversidade, através de um trabalho de formação continuada, que ajude-os a trabalhar nas salas de aulas a valorização e o reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira e africana. Este trabalho ou processo de formação, além de reconhecer e valorizar o acervo cultural das pessoas negras semeará atitudes de respeito à diversidade.

Segundo os relatos dos profissionais da educação do município de Barra de Santana, ainda é grande a dificuldade de tornar esse debate uma prática cotidiana nas escolas, visto que, são poucas as capacitações para os professores, como mostra as palavras da Coordenadora Geral do Sistema de Ensino, quando perguntada sobre a aplicação da Lei 10.639/003:

Desde 2004, passei a conhecer o conteúdo da Lei, pois na vivência da educação é necessário se atualizar constantemente, contudo, percebo as dificuldades para que de fato esta Lei aconteça com apropriação dos profissionais da educação na prática da escola tanto pelo conhecimento do conteúdo, como pela ausência de uma formação continuada mais efetiva que auxilie o trabalho com mais recursos didáticos e materiais com relação à aplicação dos conteúdos na sala de aula de forma dinâmica e criativa. (Conforme entrevista concedida por Sheila Cavalcante, em novembro 2012).

As palavras acima resumem um pouco das dificuldades encontradas pelos profissionais da educação para colocar em prática os conteúdos da lei 10.639/003. De acordo com a Coordenadora Geral do Sistema de Ensino, na teoria as deliberações legais estão postas, mas é na prática que se encontram as maiores dificuldades para de fato efetivar o que preconiza a lei.

De certo modo, a realidade contradiz a Proposta Curricular do Município que enfatiza tanto a importância de se trabalhar o que recomenda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, quanto a formação continuada dos professores, para assim viabilizarem seus trabalhos em sala de aula. De fato a prática na sala de aula não está conforme recomendam esses documentos.

Desta forma, o ponto crucial no desenvolvimento deste trabalho é sem dúvida a formação continuada dos (as) professores (as) na área de história e cultura afro-brasileira e africana. Essa formação viabilizaria a construção de uma educação na perspectiva étnico-racial, visto que muitos profissionais na época da formação inicial, quando da graduação, não tiveram contato com esses conteúdos. Essa é uma das dificuldades apontada pelos (as) educadores (as) do município de Barra de Santana/PB. No geral poucos deles (as) tiveram contato com as discussões e conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na época de sua formação, como mostra a Professora de História da rede, quando diz: “até a própria universidade (UFPB/UFCG), na época em que cursei História, não oferecia uma disciplina específica sobre História da África”. (Conforme entrevista concedida por Marilack em novembro de 2012).

Essa compreensão e opinião nós identificamos no discurso dos técnicos da Secretaria de Educação do município de Barra de Santana.

Dizer que houve uma formação, é muito pretensioso, mas este ano, houve os primeiros esforços para trabalharmos com o tema. Além da elaboração e execução do projeto “A África está em nós: a influencia da cultura afro na construção da nossa identidade”, da aquisição tímida de uma coleção de livros com sugestões de atividades, dos planejamentos para discutirmos diferentes abordagens da lei no dia a dia da escola, de palestras com alunos e professores com um dos representantes do NEAB, percebemos que todas as orientações ficaram restritas apenas ao segundo bimestre, sendo isolado do caminhar dos outros conteúdos curriculares. Infelizmente, ainda não se percebe que o ensino da cultura afro deve estar entrelaçado durante todo o ano com os demais conteúdos (Conforme entrevista concedida por Cristiane Coitinho, em novembro 2012).

Os professores afirmam que o trabalho feito pela Secretaria de Educação no sentido de auxiliá-los nas discussões foi iniciado. “Participamos de uma palestra com o Professor Ariosvalber, que nos trouxe muitas informações interessantes sobre a África, mas acredito não ter sido suficiente”. (Conforme entrevista concedida por Marilack em novembro de 2012).

Quando a professora relata que as atividades relacionadas a história e cultura afro-brasileira e africana não foram suficientes nos leva a perceber a contradição entre a Proposta Curricular do Município e a prática da Secretaria de Educação e obviamente com o fazer em sala de aula, visto que, segundo os

docentes, pouco foi feito no sentido de capacitá-los. Contudo estes, reconhecem que o trabalho foi iniciado.

Sim, neste ano de 2012, com maior ênfase. Nós, professores, trabalhamos um projeto sobre o tema envolvendo todas as turmas. E, em história especificamente, sempre aprofundando os conteúdos curriculares quando os mesmos enfocam aspectos da cultura afro-brasileira ou africana (Conforme entrevista concedida por Luzia Marilack, em novembro de 2012).

É consenso entre os profissionais da rede municipal de ensino de Barra de Santana que os primeiros passos no sentido de construir neste município uma educação para diversidade já foram dados. Isso é extremamente importante, mais é sabido e afirmado por todos que a caminhada é longa e está lenta, como mostra uma das coordenadoras escolar;

A Secretaria deveria propiciar formações mais efetivas para que os professores tivessem uma base mais consistente a ponto de tornar a temática atrativa e significativa para os alunos, propiciando vivências significativas fazendo-os perceber que são sujeitos históricos e herdeiros de uma cultura marcada por desigualdades. (Conforme entrevista concedida por Jadivane Araújo, em novembro de 2012).

Os (as) professores (as) reconhecem que muito pouco foi feito no sentido de implementar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar da rede pública de ensino em Barra de Santa. Mas o pouco que foi feito representa um grande passo, pois reconhecer um problema pode ser o primeiro passo para solucioná-lo. De acordo com o que observamos o gestor da educação do município vem criando algumas políticas para auxiliar na superação deste grande desafio, qual seja, a efetivação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

No último ano de gestão, segundo relatos do pessoal da Secretaria de Educação, a secretaria redistribuiu suas funções e criou um novo departamento “Coordenação de Área”, tendo na coordenação da Área de Humanas uma Professora de História, que veio para auxiliar professores (as) nos seus desafios educacionais, entres eles colocar em prática a Lei 10.639/03. De acordo com essa Professora:

A aspiração da secretaria municipal de educação é possibilitar uma educação mais inclusiva, de modo a integrar em especial o segmento afro-brasileiro e africano. A partir de 2012 a SME em sintonia com a equipe pedagógica buscou formas de avançar nessas discussões, para tanto ofereceu no primeiro semestre através da coordenação de área formações para os professores do segundo segmento, palestra com um integrante do NEAB, elaboração e execução de um mini projeto intitulado: “Resgatando a Minha Identidade” buscando despertar o olhar investigativo dos alunos quanto à verdadeira identidade local, familiar e individual e o segundo projeto com maior abrangência e mais direcionado ao tema, “A África Está em Nós: A Influência Africana na Formação de Nossa Identidade” tentou despertar o senso crítico, bem como atitudes posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial e despertar para as contribuições culturais herdadas dos povos africanos e seu valor em nossa sociedade. Sabemos que as orientações fornecidas são muito poucas ante a complexidade do tema, o mais correto seria uma formação continuada de preferência com um especialista da área para ambos os segmentos uma vez que a própria equipe pedagógica ainda enfrenta inúmeras limitações. (Conforme entrevista concedida por Raquel de Sousa, em novembro de 2012).

Conforme podemos deduzir do trecho acima, até o ano de 2012, o município de Barra de Santana caminhou a passos lentos, mas iniciou um singelo trabalho com os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e um dos pontos positivos que podemos ressaltar é o fato de que todos (as) professores (as) e técnicos da Secretaria de Educação reconhecem que o trabalho feito ainda é muito pouco haja vista, a relevância da temática.

Outro aspecto importante é a conscientização dos (as) professores (as) com relação à importância de se trabalhar com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Nesse processo ele é a figura ativa a que esse trabalho aconteça, o seu comprometimento com a causa pode fazer a diferença nesse trabalho, para que assim não haja reprodução de um ensino preconceituoso e de valores negativos acerca das pessoas negras.

Nesse sentido, torna-se ainda mais imperativo que gestores (as) públicos proporcionem aos (as) professores (as) formação que objetivem mudanças na estrutura pedagógica das escolas e principalmente na mentalidade dos (as) professores (as). Na compreensão dos professores (as),

As formações oferecidas pela Secretaria de Educação são incipientes e inadequadas, uma vez que trazem palestrantes para

falar da temática sem nenhuma orientação didática para que professores trabalhem esses conteúdos em sala de aula, e a formação foi dada para apenas os professores que trabalham do 6º ao 9º ano. A Secretaria orientou as escolas para que na elaboração do PDE interativo, no plano de formação continuada, os professores fossem inscritos em cursos, visando o cumprimento da Lei 10.639/03. Para que a aplicação dessa temática seja cumprida, cabe aos professores buscarem cursos de formação presencial e a distância e informações em lugares diversos e não apenas em livros. (Conforme entrevista concedida por Vilma Leal, em novembro de 2012).

Mesmo observando os vários problemas existentes é perceptível que a Secretaria de Educação vem abrindo caminhos a que as formações aconteçam, mesmo que timidamente. No entanto, cabe também ao (a) professor (a) fazer sua parte e estudar, para que se torne um profissional capacitado, capaz de levar novas atitudes para sala de aula.

A formação do (a) professor (a) é importante, visto que no processo ensino-aprendizagem e educativo ele é o agente mediador, ou seja, aquele que auxilia o (a) aluno (a) na busca de soluções inteligentes. Portanto, precisa está capacitado a gerenciar com qualidade o seu trabalho na escola, pois é lá que está o foco e a razão do seu trabalho como educador, ou seja, o (a) aluno (a). Através da capacitação o professor incorpora novos conceitos, ideias e matéria-prima que os auxiliam a refazer a sua prática na sala de aula.

O momento da capacitação leva o educador a uma ação-reflexão, uma vez que possibilita novas práticas pedagógicas, garantindo assim melhorias nas atividades e exercício no cotidiano da sala de aula.

Frente a todos esses debates, sobre currículo e formação continuada para o professor, emergem também, o novo papel da escola diante das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que aconteceram ao longo do século XX e continuam a acontecer no século XXI, quando novas demandas são postas em pauta. As novas demandas e realidades levaram a escola a ampliar seu papel social e ao mesmo tempo dar conta do aprendizado do conhecimento necessário à formação dos (as) cidadãos (ã).

Nessa perspectiva, o papel do (a) professor também foi ampliado por isso, se tornou ainda mais urgente a constante necessidade de formações. Assim, a formação continuada do (a) professor (a) vem a ser mais um suporte para que este

profissional consiga trabalhar e exercer a sua função de forma eficiente diante da sociedade.

Por ser a história e cultura afro-brasileira e africana uma temática nova no debate sobre a formação inicial e continuada de professor (a), ainda vislumbramos algumas dificuldades dos (as) professores (as) no que concerne ao acesso de materiais didáticos que discorram sobre tal tema. Embora desde 2003, e até antes dessa data, haja uma produção acadêmica, didática e paradidática concernente a história e cultura afro-brasileira e africana, a presença desse material nas escolas públicas e particulares ainda é irrisória. Essa é realidade das escolas da rede pública municipal do município de Barra de Santana.

O material distribuído pela Secretaria de Educação para ajudar o professor na aplicação dos conteúdos é insuficiente, e é basicamente o livro didático, que em sua maioria, ainda não têm uma orientação que realmente contemple as raízes africanas, alguns DVDs que vão para as escolas, que os professores em sua maioria não trabalham (Conforme entrevista concedida por Vilma Leal, em novembro de 2012).

Mesmo que a Secretaria de Educação distribua o livro didático nas escolas ainda existe insuficiência no material distribuído entre alunos (as) e professores (as). Todavia, é inegável que existe por parte do Governo Federal e Municipal uma política de elaboração e distribuição de novos materiais didáticos que abordam a temática afro-brasileira e africana, os quais são relevantes no auxílio aos (as) gestores (as) e professores (as) na efetivação de tal conteúdo no currículo escolar.

São enviados materiais do FNDE, literaturas, paradidáticos, DVDs por meio da Secretaria de Educação que contempla a cultura afro-brasileira e africana. Como também são discutidos em reuniões de coordenadores a importância e obrigatoriedade de evidenciar a temática na escola. Foram convidados palestrantes em encontros pedagógicos para subsidiar o trabalho dos professores em sala de aula. Outro ponto importante são os projetos desenvolvidos nas escolas que tem propiciado a busca do conhecimento através de pesquisas bibliográficas, entrevistas, exploração de imagens, análise de músicas, pesquisa de campo, dentre outras. Embora aconteçam apenas esporadicamente (Conforme entrevista concedida por Jadivane Araújo, em novembro de 2012).

Colocar em prática no fazer pedagógico em sala de aula com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, conforme determina a Lei 10.639/03, não depende apenas do (a) professor (a), mas da vontade política dos administradores (as) públicos, ou seja, da concepção que eles (as) têm de educação. No entanto, isso não isenta o (a) professor (a) da responsabilidade, sobretudo, porque no processo educativo ele está na ponta do iceberg, ou seja, no lugar onde tudo começa e termina. Nesse sentido, para que os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana sejam de fato efetivados no currículo escolar a vontade política do (a) professor (a) também é decisiva, haja vista ele gozar de autonomia na sala de aula, dele se espera criatividade no fazer pedagógico. Porque muitas vezes ocorre de no município haver vontade política por parte do gestor (a) da educação, mas não há por parte dos (as) professores (as). Por isso, ambas as partes devem dialogar e conceber a efetivação de tais conteúdos como política pública e não fruto da vontade de alguém. Concebida como política pública deve ser cumprida a contento, visto que atenderá a todos os (as) cidadãos (ãs).

No município de Barra de Santana o gestor da educação tem demonstrado vontade política em efetivar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. Tal questão está evidenciada nos documentos oficiais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação, a exemplo da Proposta Escolar. Nesse documento estão definidos os objetivos que viabilizam o trabalho do (a) na sala de aula com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana.

Mesmo que a ação feita pela gestão municipal seja incipiente é inegável que a discussão acerca da história e cultura afro-brasileira foi posta e está possibilitando aos professores (as) questionarem valores até então sacralizados na sociedade. Uma vez que um dos objetivos da Proposta Curricular é capacitar o (a) professor (a)

Questionar o comportamento preconceituoso na tentativa de fazer o aluno compreender-se como sujeito histórico participante de sua própria construção histórica e de conhecimento (Proposta Curricular Barra de Santana, 2012).

A proposta Curricular do Sistema de Ensino e os Projetos Políticos Pedagógicos de Barra de Santana/PB deram ponta pé inicial para a concretização de se trabalhar no cotidiano escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira

e africana. O intuito é o de aguçar no (a) aluno (a) o pensamento crítico, formar uma mentalidade não racista e estimular na escola e na sociedade ações de promoção da igualdade racial e social.

Segundos os documentos oficiais o trabalho pedagógico na escola deve ser contínuo e desenvolvido a partir de metodologias que estimule entre alunos (as) o interesse pelo estudo e conhecimento acerca da história e cultura afro-brasileira, visto tratar-se de uma história e cultura que pertence a todos (as) os (as) brasileiros (as). Nesse processo é importante o (a) professor (a) juntamente com os (as) alunos (as) buscarem novas produções e conhecimentos acerca da história e cultura afro-brasileira e africana, assim como divulgar o seu fazer na sala de aula. Isso servirá e ajudará na formação de outros (as) professores (as) e alunos (as), de modo que mudem de atitudes, e comportamentos com relação as pessoas negras e assim se constituam agentes construtores de uma sociedade igualitária e respeitosa com todas as pessoas.

Contudo, esse trabalho só será possível se professores (as) da rede municipal trabalharem nas salas de aulas os conteúdos que compõem a Proposta Curricular do Município, pois é na prática pedagógica do dia a dia que o trabalho se consolida. Segundo alguns professores (as) isso começou a acontecer;

Os conteúdos de historia e cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados, mais não ainda de forma articulada. Eu já discutia a temática de forma esporádica, mais em 2012 com a nova proposta curricular veio à cobrança por parte dos gestores e a secretaria realizou formações sobre o tema. É inegável que isso ainda é muito pouco, mais o fato é que ainda temos dificuldade de trabalharmos com a temática, mesmo reconhecendo a necessidade desse trabalho para construção de uma realização de valorização e respeito à pluralidade étnicorracial (Conforme entrevista concedida por Patrizia Rivelli, em novembro 2012).

Este relato é denotativo de que nas escolas de Barra de Santana/PB, havia o estudo da temática afro-brasileira e africana, mesmo que a passos lentos, sendo fruto da iniciativa individual de alguns professores (as). O relato também nos revela que os gestores só começaram a incentivar o debate e o fazer pedagógico há pouco tempo. No entanto, esse vem se implementando como política pública; uma vez que

há a preocupação com a formação e incentivo a que a educação na perspectiva étnico-racial se efetive de fato.

O fato de o professor reconhecer que ainda há muito a fazer é algo extremamente positivo, pois demonstra sua conscientização sobre a necessidade de se trabalhar com história e cultura afro-brasileira e africana no cotidiano escolar. É fato, também que a conscientização do (a) professor (a) ainda não é comum a todos (as), o que demonstra a urgência da formação, de modo que eles (as) possam explorar esses conteúdos. Também é notória a necessidade de a equipe da Secretaria da Educação realizar pesquisas sobre história e cultura afro-brasileira e africana e discutir os resultados com os professores (as), incentivando-os a continuarem, pois se trata de uma temática relevante a toda sociedade, uma vez que discute sobre valores culturais dos (as) brasileiros (as). Esse é um debate em que todos (as) devemos estar inseridos (as).

Trabalhei um projeto neste ano de 2012, juntamente com os demais professores da Escola José Hermínio Bezerra Cabral, e sempre que possível, aprofundando o tema quando o mesmo surge dentro dos conteúdos da grade curricular, uma vez que não há uma disciplina específica sobre a história afro-brasileira (Conforme entrevista concedida por Luzia Marilack, em novembro 2012).

As palavras de uma das professoras de História da Rede de Ensino de Barra de Santana nos preocupam, pois, mostra que os conteúdos de história e cultura afro-brasileira estão sendo trabalhada como algo a parte da Proposta Curricular do Sistema, quando ela diz “trabalhei um projeto”. Essa perspectiva foge da essência da lei, que é tornar a temática afro-brasileira e africana um fazer cotidiano na escola e não uma temática esporádica, que se trabalha pontualmente em algum bimestre ou semestre.

Percebemos ainda, algo mais grave na fala desta professora, quando diz: “uma vez que não há uma disciplina específica sobre a história afro-brasileira”. Com essa afirmação a docente nos leva a pensar que para fazer esse trabalho seria necessário criar uma disciplina específica, o que para nós é algo desnecessário, pois o objetivo da lei é fazer com que os (as) professores (as) trabalhem a história e cultura afro-brasileira e africana como trabalham história do Brasil ou história

européia, ou seja, o intuito da lei é dar uma nova roupagem aos conteúdos do nosso currículo e fazer com que ele atenda a diversidade, trabalhando de forma articulada e não criar uma nova disciplina que tornaria e trataria história afro-brasileira e africana como um conteúdo diferenciado. O que nos preocupa ainda mais, é o fato da coordenação confirmar a falta de entusiasmo dos (as) professores (as) para lidar com esse debate tão importante as salas de aula.

Os passos lentos, sabemos que as formações não foram suficientes para esclarecer dúvidas e preparar os professores dando-lhes segurança, mas acima de tudo isso percebemos uma acomodação por parte dos professores em trabalhar o novo, muitos apenas abordam os temas sugeridos de forma muito superficial por se sentirem obrigados, mas não assumindo consigo e com seus alunos um compromisso de fazer diferença na vida deles e da comunidade como um todo (Conforme entrevista concedida por Raquel de Souza, em novembro 2012).

Na visão do corpo técnico da Secretaria de Educação há certa acomodação por parte dos (as) professores (as), o que torna o fazer pedagógico em sala de aula mais grave, a tendência é continuar no currículo eurocêntrico. Segundo o corpo técnico da Secretaria de Educação: “a maioria dos (as) professores (as) realizou o trabalho, mas de forma preconceituosa e superficial, porque estava cumprindo uma obrigação” (Conforme entrevista concedida por Cristiane, em novembro 2012).

Essa realidade é preocupante, porque os (as) professores (as) são a mola mestra na efetivação da educação étnico-racial. Para que essa educação possa acontecer eles (as) são fundamentais. No entanto, isso não é o que vem acontecendo a contento no município de Barra de Santa. Segundo os técnicos da Secretaria de Educação. A postura dos (as) professores (as) é a seguinte:

Quando faz parte de sua seleção de conteúdo programático sim, todavia apesar das inúmeras tentativas de estimulá-los a trabalhar o tema de forma contínua e interdisciplinar, buscando desconstruir estereótipos, percebemos que a grande maioria só o faz no momento em que estão sendo cobrados, quando não, retomam as informações do livro didático, que não é um problema, mas sim o fato de não haver uma problematização do que é fornecido por ele, deixando de promover discussões e questionamentos (Conforme entrevista concedida por Raquel de Sousa, em novembro 2012).

Como sabemos o sucesso na implementação da Lei nº 10.639/03, não depende apenas do processo educativo escolar, já que o enfrentamento do racismo e da desigualdade não é tarefa exclusiva da escola. Mas de toda a sociedade, todavia, o papel político da escola é conscientizar os sujeitos, formá-los cidadãos capazes de construir uma nova sociedade.

Nesse sentido faz-se necessário a constante promoção das discussões do tema história e cultura afro-brasileira e africana com professores (as), de modo a capacitá-los e incentivá-los a fazerem um trabalho que promova o reconhecimento, respeito e convivência com a diversidade. Segundo a Coordenadora Escolar, isso vem acontecendo, mesmo que de forma lenta.

Venho incentivando através de apresentação de material que tenho na escola e outras sugestões para que eles possam realizar um trabalho interdisciplinar abordando os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, usando estratégias diferenciadas para eu os alunos entendam a importância do tema sem separar dos conteúdos do currículo real e sim apresentado atividades diferenciadas (Conforme entrevista concedida por Maria Nilsa, em novembro 2012).

No contato com a equipe técnica da Secretaria de Educação observamos, que vem sendo feito um trabalho na perspectiva de implementar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, e por extensão a educação étnico-racial, porém de forma bastante tímida, enfrentando alguns dificuldades, já que a Secretaria de Educação ainda não concretizou uma política pública de formação continuada para preparar seus professores (as), o que faz com que alguns ainda resistam a discutir essa temática.

No entanto, quando observamos o comportamento dos (as) alunos (as) com relação a história e cultura afro-brasileira e africana, percebemos atitudes de aceitação do novo debate, “muitos ficaram curiosos, especialmente quando se abordam aspectos da cultura africana que divergem daqueles que generalizam a África como um continente miserável, marcado por conflitos e por escravidão” (Conforme entrevista concedida por Luzia Marilack, em novembro, 2012).

A aceitação por parte dos alunos sobre essa temática ocorre muitas vezes, porque os jovens ainda não tem uma mente tão arraigada aos preconceitos presentes na nossa sociedade, como os adultos

Muitas vezes eles se motivam pelo trabalho com temáticas diferentes, o que para muitos deles é uma novidade e tudo que é novo é atrativo. Além disso, muitas vezes a aula vem para quebrar estereótipos, visto que os olhares postos sobre a África são olhares marcados pelo estranhamento e as aulas vêm para quebrar esse sentimento, principalmente quando ela mostra como somos parecidos e o quanto herdamos dessa cultura tão rica.

No processo educativo o (a) aluno (a) é o principal foco, ele é o sujeito no qual se quer despertar o senso crítico, bem como atitudes, posturas e valores que o eduque para a convivência com a pluralidade étnico-racial, tornando-o capaz de interagir com a diversidade, e assim garantir a valorização da identidade cultural brasileira. Isso não é só feito através da transmissão dos conteúdos, mas a partir de uma abordagem que o permita perceber a presença dos povos africanos e seus valores na formação da sociedade brasileira. O (a) aluno (a) demonstrou querer isso, uma vez que:

A aceitação dos alunos foi melhor do que a esperada, em raros momentos demonstraram alguma atitude de preconceito, na maioria das aulas eles foram participativos e curiosos, principalmente quando fiz um trabalho abordando “pratos da culinária brasileira que tem inspiração africana”, e aos poucos fomos quebrando estereótipos de uma África de guerras civis, grandes animais silvestres e AIDS, além claro de ser uma terra de escravos (Conforme entrevista concedida por Patrizia Rivelli, em novembro 2012).

Por fim, vale ressaltar que enquanto alguns professores (as) ainda resistem em trabalhar com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, as pessoas negras ainda são marginalizadas e, na maioria das vezes, são vistas como sinônimo de pobreza, “bandagem” e sofrem muita discriminação. Não há o respeito aos seus valores e práticas culturais e elas quando são vistas na sociedade perdura o olhar de diferenciação/rejeição por causa da cor de sua pele.

Outro fato real é o de que em meio a resistência de alguns professores (as) em abordar a temática história e cultura afro-brasileira e africana, nas escolas as “pessoas de pele mais escura” ou “cabelo enrolado” sofrem muito preconceito, através de apelidos e eles (as) não enxergam ou enxergam e concebem como

brincadeiras. Muitas vezes crianças desrespeitam crianças sem ao menos ter consciência do que fazem, ou por que o fazem, professores (a) são omissos, o que faz com o preconceito seja reforçado no espaço escolar. Esse tipo de comportamento está impregnado na sociedade, mas precisa ser superado. Nesse sentido, professores (as) têm um papel muito importante, visto que o seu fazer, assim como sua postura frente às situações de preconceito fará com que alunos (as) se conscientizem de que a cor da pele não define a condição da pessoa e muito menos o seu caráter. Também não é denotativa de que uma pessoa é superior ou inferior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre a efetivação da Lei 10.639/06, nas escolas do Ensino Fundamental II, no município de Barra de Santana/PB, possibilitou a percepção das dificuldades encontradas, por professores e por técnicos da Secretaria de Educação, para inserir os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira na prática escolar.

Mostrando que a consolidação desse trabalho ainda é um desafio a ser enfrentado por todos que fazem/pensam a educação. Assim, é de suma importância que haja um investimento maior na formação dos profissionais e também da vontade destes de colocar o trabalho em prática, pois um dos problemas percebidos na análise das falas desses sujeitos foi à falta de interesse que muitos demonstram em trabalhar o tema. Muitas vezes a falta de conhecimento caracteriza mais uma desculpa para não apresentar esses conteúdos em sala de aula.

Mesmo com a enxurrada de referências curriculares trazidas pelas políticas educacionais, desde o final dos anos 1990, bem como a renovação dos livros didáticos e a própria Lei 20.639 (reformada na Lei 11645), as aulas de História não tem sido objeto de grandes renovações teóricas e metodológicas.. (AIRES, [et al], p. 19. 2013)

A partir das pesquisas, teórica e as entrevistas realizadas, tivemos a dimensão do quanto ainda está longe de ser o ideal o trabalho feito em nossas salas de aula com as discussões sobre história e cultura afro-brasileira, e essa não é uma realidade apenas desse município.

Entre as letras da lei e a sua materialidade muitas vezes há um profundo vazio. E não tem sido muito diferente com as Leis 10.639 e 11.645 tendo em vista ainda sua pouca aplicabilidade nos Currículos da Educação Básicas nesse país. (AIRES, [et al], p. 15. 2013)

Com os relatos dos professores, foi possível perceber que o pouco trabalho realizado nesse sentido, demonstrou o interesse do aluno, visto que existe em alguns casos a identificação, quando, por exemplo, se trabalham questões relacionadas a culinária, e algumas vezes estranhamento, pois os estereótipos negativados já faz

parte do imaginário do aluno, logo quando o professor apresenta uma “nova” visão sobre a África eles se interessam pelo novo.

Como historiadores podem afirmar, há um grande prazer em trabalhar com este tema, já que serviu para ampliar nossos conhecimentos sobre várias questões com relevância histórica. Nele, conseguimos realizar alguns dos objetivos pensados para o trabalho, como por exemplo, compreender as problemáticas da efetivação da lei supracitada, além de apresentar as dificuldades dos professores e a falta de interesse do poder público (Nacional, Estadual e Municipal) em capacitar esse profissional, não só com relação à cultura afro. Nessa perspectiva, vislumbramos que persiste a falta de uma política nacional voltada para formação continuada, uma formação que acompanhe a dinâmica social.

Contudo, destacamos que aos poucos esse município vem dando início aos trabalhos com a temática, através da implantação de um currículo que já aborda a temática, além de fazer algumas capacitações com os professores, mesmo que de forma tímida, o que demonstra ainda ser muito pouco, visto que os professores ainda não sentem segurança no trabalho.

Por fim, ressaltamos que a falta de uma política pública que traga esse debate de forma contínua para os nossos alunos, é uma realidade da educação nacional, visto que há uma falta de investimento na educação como um todo, o que dificulta um trabalho mais efetivo e que desenvolva cidadania nos jovens do nosso país.

REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz, Et. Al. (orgs). **Diversidade étnica e interdisciplinaridade: diálogos com leis 10639 e 11645**. Campina Grande: EDUFCG, 2013.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALVES, J. A. Lindgren. **A conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos**. IN: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 45, nº 2, Brasília, 2002.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como Política de Estado**. Rio de Janeiro.2011.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Elsevier/Campus. 2004.
- BRASIL. **Constituição Da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 2004.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história /Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC /SEF, 1998.
- BRASIL, Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003.Ministério da Educação.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Formação docente e cultura afro-brasileira**. Revista África e africana. Ano I – n. 3 – Nov. 2008.
- CHARTIER, Roger. **A HISTÓRIA CULTURAL: entre práticas e representações**.Lisboa: Difel. 1990.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Revista Estudos Avançados, ano 11, vol. 5, 1991.
- CIDRE, Janete heppener e MARTINS, Mário de Souza. **Racismo em sala de aula: mudanças, permanências e resistências**. 2008.
- COSTA, Ricardo Cesar Rocha. **O pensamento social brasileiro e a questão racial: da ideologia do “branqueamento” às “divisões perigosas”**. IN: Revista África e Africanidades, ano 3 – n. 10, agosto, 2010.
- COSTA, Rita de Cassia Fernandes da.**Relações raciais e educação: um estudo sobre o processo de construção de identidade étnico-racial de estudantes afro-descendentes**.(2009).

CUNHA JUNIOR, Dirley. **Curso de Direito Constitucional**. Salvador: Podivm. 2010
FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola. 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Loyola. 2003.

GOMES, Nilma Lino (org). **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**.
Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação**. P.38 a 74. Publicado em: http://www.br-downloads-caminhos_convergentes-02nilma.pdf. Acessado em 01.11.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRÁFICO DE ESTATÍSTICAS (2010).
IN:<http://www.ibge.gov.br/english>. Acessado em 12.01.2013.

JORNAL BOLANDO AULA. **Apoio didático aos professores das séries iniciais do ensino fundamental**. Ano 10, nº 78, Novembro de 2006.

MAGGE, Yvonne. **Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas**. IN: Revista Educ. Soc. Campinas, vol, 96, especial, p. 739 – 751, 2006.

MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: **Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO**. IN: Revista Tempo Soc. Vol. 11, nº 1. São Paulo, maio 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília.2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática**. IN: Revista Estudos Afro-asiáticos, ano 25, nº 3, 2003, pg. 421 – 461.

OLIVEIRA, Ozerina Victor e MIRANDA, Cláudia. **Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular**. Revista Brasileira de Educação. 2003.

PAULA, Benjamim Xavier de. **As teorias racistas as diásporas africanas: o negro na sociedade brasileira**. IN: Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de ciências sociais, diversidades e (des)igualdades. Salvador 07 e 10 de agosto de 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Historia & História Oral**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA. **Diálogo entre universidade e educação básica para formação do professor**. vol. 18, nº 108, Nov. e Dez. de 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrario: cor e raça na intimidade. IN: NOVAIS, Fernando (Org). **Historia da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 175-241.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da Igualdade Racial**. BRASÍLIA. 2006.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DE SANTANA. **PROPOSTA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTANA/PB**.

SILVA, Tássia Fernanda de Oliveira. **Questões étnico-raciais e currículo: uma abordagem reflexiva**. Itabaiana: GEPIEDADDE. Ano 5, Vol. 9. 2011.

TRAMONTE, Cristina. **Educando na diversidade para uma integração sem barreiras: a questão intercultural nas afro-brasileiras**. Publicado em www.rizona.ufsc.br-pdfs-116-116-of-oc.sl3.pdf.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. In: **Revista Brasileira de Educação**. v.13. n. 39, set/dez.200

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão a liberdade: dimensões de uma privacidade possível. IN: NOVAIS, Fernando (dir), SEVECENKO. Nicolau (ORG). **Historia da vida privada no Brasil: da bellé époque a era do rádio**. Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 49-130.

QUADRO DOS ENTREVISTADOS

Ord.	Nome	Idade	Endereço	Formação	Função
01	Cristiane Coitinho de Sousa	34	R. Antonio Cirilo Gomes, 185, Cruzeiro, Campina Grande/PB	Licenciatura em Língua Portuguesa	Coordenadora da área de Linguagem
02	Jadivane Sales Camelo Araújo	39	Vila Mororó, Barra de Santana/PB	Licenciatura em Pedagogia	Coordenadora Pedagógica Escolar
03	Luzia Marilack Jerônimo da Silva	36	Vila Mororó, Barra de Santana/PB	Licenciatura em História	Professora de História
04	Maria Nilsa Moura de Sousa Chagas	50	Av. Assis Chateaubriand, 664. Liberdade. Campina Grande/PB	Licenciatura em Pedagogia	Coordenadora Pedagógica Escolar
05	Patrizia Rivelli Miranda Lima	32	R. Conego Oscar, 262. Queimadas/PB	Licenciatura em História	Professora de História
06	Raquel de Sousa Pereira	34	R. Rio de Janeiro, 56. Queimadas/PB	Licenciatura em História	Coordenadora da área de Humanas
07	Sheila Cavalcante de Medeiros	41	Sítio Pacinhos, Barra de Santana/PB	Licenciatura em Pedagogia	Coordenadora Geral da Rede de Ensino
08	Vilma Leal Duarte	45	R. Josafá Cesar Falção, 178. Campina Grande/PB	Licenciatura em Pedagogia	Coordenadora de Planejamento e Gestão

ANEXOS

Anexo I (questionários e entrevistas)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Questionário

Nome: **Cristiane Coitinho de Sousa**

Função: **Coordenador de área de linguagem**

Há quanto tempo ocupa o cargo: **Nove meses**

01) Há quanto tempo você tem conhecimento acerca do conteúdo que trata a lei 10.639/03? Justifique sua resposta.

Há mais ou menos 2 anos através da mídia, revistas e internet.

02) O currículo das escolas do município contempla a história e cultura afro-brasileira e africana? Desde quando? De que forma os professores (as) nas escolas estão trabalhando? Esses conteúdos? (caso a resposta seja não, justifique)

O currículo do nosso município, Barra de Santana, ainda está sendo elaborado. Inicialmente, não constava nenhum registro sobre a lei 10.639/03 em seu texto, mas agora no segundo semestre deste ano, após o trabalho feito pela coordenação de área com os professores do ensino fundamental II sobre a influência africana na formação da nossa identidade, foi que se atentou para a inclusão deste item no documento.

No encontro para planejarmos o segundo bimestre, sugerimos a elaboração e execução do projeto “A África está em nós: a influência africana na construção da nossa identidade” junto aos professores de 6º a 9º anos. Este projeto veio dar continuidade ao trabalho realizado no primeiro bimestre “Resgatando minha identidade”, uma vez que não se pode pensar em construção identitária do povo brasileiro sem pensar em África.

Antes desse trabalho com a cultura afro não havia nenhum registro sobre o assunto nas escolas. Por ser algo “novo” para os professores e até para a coordenação, muitas dificuldades foram enfrentadas quanto a aplicabilidade da lei no cotidiano das escolas.

Para os educadores, o trabalho com a cultura africana ainda é descontextualizado além de, o próprio professor possuir formação inadequada e insuficiente para lidar com a proposta em sala de aula. Por isso, urge tornar-se imprescindível a formação continuada nas escolas.

03)A secretaria de educação tem disponibilizado as escolar materiais didáticos para auxiliar a formação de professores (as) quanto à aplicação dos conteúdos de historia e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Quais são esses materiais?

Como mencionado anteriormente, tudo ainda é muito “novo” para a nossa realidade e além da carência na formação profissional, há também a precariedade de recursos materiais. Conseqüentemente, o reflexo aparece nas salas de aula, nas quais o preconceito e o ensino isolado são marcas do despreparo dos professores e demais profissionais em lidar com o tema.

04)A secretaria de educação propiciou aos professores (as) formação para que esses trabalhem de modo efetivo e permanente os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? como você resumiria essas formações?

Dizer que houve uma formação, é muito pretensioso, mas este ano, houve os primeiros esforços para trabalharmos com o tema. Além da elaboração e execução do projeto “A África está em nós: a influencia da cultura afro na construção da nossa identidade”, da aquisição tímida de uma coleção de livros com sugestões de atividades, dos planejamentos para discutirmos diferentes abordagens da lei no dia a dia da escola, de palestras com alunos e professores com um dos representantes

do NEAB, percebemos que todas as orientações ficaram restritas apenas ao segundo bimestre, sendo isolado do caminhar dos outros conteúdos curriculares. Infelizmente, ainda não se percebe que o ensino da cultura afro deve estar entrelaçado durante todo o ano com os demais conteúdos.

05) Em sua opinião como as pessoas negras são tratadas na sociedade brasileira e conseqüentemente nas escolas?

Atualmente, ainda existe muito a se melhorar nesse sentido, o negro ainda sofre muito com os reflexos do preconceito, seja ele racial, social, ou cultural, uma vez que sua imagem estereotipada ainda está enraizada em nossa sociedade. Como reflexo disso as nossas escolas ainda são instituições que reproduzem esse preconceito não apenas por essa marginalização do negro, mas também pelo despreparo dos profissionais e da falta de materiais sobre o tema nas escolas.

06) Como você trabalha a história e cultura afro-brasileira e africana com professores (as)?

Inicialmente fizemos um planejamento no qual discutimos o texto da lei e a necessidade da sua implementação nas salas de aula. Em seguida, sugerimos a elaboração do projeto “A África está em nós”, o qual deu continuidade ao projeto “Resgatando minha identidade”, realizado no 1º primeiro bimestre. Para tanto apresentamos a coleção recentemente adquirida pelas escolas, diversas sugestões de atividades, indicações de filmes retirados do documento do NEAB e discutimos a sua aplicabilidade em cada disciplina. Não foi sugerido apenas para os professores de Língua Portuguesa, Artes e História, mas para todos que lecionam de 6º a 9º anos. Em outro momento houve palestra com um representante do Neab e relato de experiências dos trabalhos desenvolvidos com a temática.

07) Você percebeu no início dos trabalhos se os professores já tinham algum tipo de conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira e africana?

Sim, pois eles já possuem um conhecimento a respeito do tema, muitos anseiam por fazer um trabalho livre de preconceitos e estereótipos, mas esbarram na própria dinâmica curricular. Outros, infelizmente, ainda reproduzem o ensino preconceituoso e de valores negativos sobre os negros, devido a sua própria formação profissional, cultural e social.

08) Como se deu ou esta ocorrendo à implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nas escolas.

O que observamos foi que a maioria dos professores realizou o trabalho, ou de forma preconceituosa e superficial, porque estava cumprindo uma obrigação.

09) você vem viabilizando o trabalho do (a) professor para que este implemente os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana?

Dizer que houve uma formação, é muito pretensioso, mas este ano, houve os primeiros esforços para trabalharmos com o tema. Além da elaboração e execução do projeto “A África está em nós: a influencia da cultura afro na construção da nossa identidade”, da aquisição tímida de uma coleção de livros com sugestões de atividades, dos planejamentos para discutirmos diferentes abordagens da lei no dia a dia da escola, de palestras com alunos e professores com um dos representantes do NEAB, percebemos que todas as orientações ficaram restritas apenas ao segundo bimestre, sendo isolado do caminhar dos outros conteúdos curriculares. Infelizmente, ainda não se percebe que o ensino da cultura afro deve estar entrelaçado durante todo o ano com os demais conteúdos.

10) Na prática docente da sala de aula, professores (as) têm discutido sobre história e cultura afro-brasileira e africana?

Não. Infelizmente a história e cultura afro-brasileira e africana só foram discutidas, diga-se de passagem, sumariamente, apenas no período estipulado para o segundo bimestre. Assim, não há contextualização desse assunto com os demais previstos no programa das disciplinas, em especial de Língua portuguesa e Artes, pois essas eram coordenadas por mim.

11) Os conteúdos de história e cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados de que forma? (se possível disponibilize um plano de aula)

Hoje não são mais, pois como dito anteriormente, só foi trabalhado o tema em um dos bimestres.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Questionário

Nome: **Jadivane Sales Camelo Araújo**

Função: **Coordenadora Pedagógica**

Há quanto tempo ocupa o cargo: **2 anos**

01) Há quanto tempo você tem conhecimento acerca do conteúdo que trata a Lei 10.639/03? Justifique sua resposta.

Tive a oportunidade de ouvir falar acerca da Lei 10.639/03 na Pós Graduação, no ano de 2006. Que se tornaria obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana no currículo para as turmas de Ensino Fundamental e Médio.

02) O currículo das escolas do município contemplam a história e cultura afro-brasileira e africana? Desde quando? De que forma professores (as) não escolas estão trabalhando esses conteúdos?

O currículo das escolas do município está em fase de construção, mas a história da cultura afro- brasileira e africana fará parte dos temas abordados. Quanto à disseminação da temática nas escolas ainda tem sido pouco explanada pelos professores, embora se fale tanto na interdisciplinaridade os conteúdos são mais evidentes e expostos pelo professor de história.

03) A Secretaria de Educação tem disponibilizado para as escolas materiais didáticos para auxiliar a formação de professores (as) quanto à aplicação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Quais são esses materiais?

São enviados materiais do FNDE, literaturas, paradidáticos, DVDs por meio da Secretaria de Educação que contempla a cultura-afro brasileira e africana. Como também são discutidos em reuniões de coordenadores a importância e obrigatoriedade de evidenciar a temática na escola. Foram convidados palestrantes em encontros pedagógicos para subsidiar o trabalho dos professores em sala de aula. Outro ponto importante são os projetos desenvolvidos nas escolas que tem propiciado a busca do conhecimento através de pesquisas bibliográficas, entrevistas, exploração de imagens, análise de músicas, pesquisa de campo, dentre outras. Embora aconteçam apenas esporadicamente.

04)A Secretaria de Educação proporcionou aos professores (as) formação para que esses trabalhem de modo efetivo e permanente os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Como você resumiria essa formação?

A Secretaria deveria propiciar formações mais efetivas para que os professores tivessem uma base mais consistente a ponto de tornar a temática atrativa e significativa para os alunos, propiciando vivências significativas fazendo-os perceber que são sujeitos históricos e herdeiros de uma cultura marcada por desigualdades.

05)Em sua opinião como as pessoas negras são tratadas na sociedade brasileira e conseqüentemente nas escolas?

Muitas vezes o preconceito parte dos próprios negros, atualmente com o trabalho que tem sido desenvolvido nas escolas, apesar de ser ainda discreto, tem surtido efeito, muitos valores historicamente construídos, tem sido repensados e reelaborados principalmente com relação ao preconceito de “cor”.

06)Como você trabalha a história e a cultura afro-brasileira e africana com os professores (as)?

Enfatizando que temos o poder de emancipar sujeitos a partir de informações, pesquisas de fatos históricos ocorridos no mundo e suas conseqüências. Discussões, troca de experiências, consultas em diferentes fontes: históricas, bibliográficas, acessando a internet, problematizando o que a mídia publica, entre outros.

07)Você percebeu no inicio dos trabalhos se o professor já tinha algum tipo de conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira e africana?

Sim.

08) Como se deu, ou está ocorrendo a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nas escolas?

A partir da obrigatoriedade, percebeu-se a importância.

09) Como você vem viabilizando o trabalho dos professores(as) para que estes implementem os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana?

Expondo o material oferecido e atendendo na medida do possível o que vem sendo solicitado.

10) Na prática docente em sala de aula, professores(as) têm discutido sobre história e cultura afro-brasileira e africana?

Quando o conteúdo possibilita, os professores tem aproveitado a oportunidade para falar acerca da cultura afro e suas contribuições.

11) Os conteúdos de história e cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados de que forma?

Leitura de textos,

Interpretação oral e escrita

Pesquisa (costumes, vestimentas, alimentação, religião, cultura...)

Leitura e interpretação de imagens e objetos

Seminários

Confecção e exposição de cartazes

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Questionário

Nome: **Luzia de Marilack Jerônimo da Silva**

Função: **Professora de História**

Há quanto tempo ocupa o cargo: **11 anos**

01) Há quanto tempo você tem conhecimento acerca do conteúdo que a trata a Lei 10.639/03? Justifique sua resposta.

Desde quando começou a se especular nos jornais que seria obrigatório nas escolas a “aplicação” da história e cultura afro-brasileira, pensei até que seria uma nova disciplina curricular.

02)O currículo das escolas do Município contempla a história e cultura afro-brasileira e africana? Desde quando? De que forma os professores(as) nas escolas estão trabalhando esses conteúdos? (Caso a resposta seja não, justifique).

Sim, neste ano de 2012, com maior ênfase. Nós, professores, trabalhamos um projeto sobre o tema envolvendo todas as turmas. E, em história especificamente, sempre aprofundando os conteúdos curriculares quando os mesmos enfocam aspectos da cultura afro-brasileira ou africana.

03)A Secretaria de Educação tem disponibilizado às escolas materiais didáticos para auxiliar a formação de professores(as) quanto à aplicação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Quais são esses materiais?

Temos muitas revistas, dvd's e alguns livros que tratam sobre o assunto e que podem ser utilizados na sala de aula.

04)A Secretaria de Educação propiciou aos professores(as) formação para que esses trabalhem de modo efetivo e permanente os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Como você resumiria essas formações?

Participamos de uma palestra com o Professor Ariosvalber, que nos trouxe muitas informações interessantes sobre a África, mas acredito não ter sido suficiente.

05) Você está achando as formações disponibilizadas pela Secretaria de Educação suficiente a formação dos professores(as)? Por quê?

Creio que ainda não foi suficiente para um conhecimento tão vasto quanto a história e cultura afro-brasileira, uma vez que os livros didáticos trazem os conteúdos muito resumidos e até a própria universidade (UFPB/UFCG), na época em que curse História, não oferecia uma disciplina específica sobre história da África.

06) Como você está trabalhando os conteúdos de história e cultura afro-brasileira? Se possível disponibilize um plano de aula).

Trabalhei um projeto neste ano de 2012, juntamente com os demais professores da Escola José Hermínio Bezerra Cabral, e sempre que possível, aprofundando o tema quando o mesmo surge dentro dos conteúdos da grade curricular, uma vez que não há uma disciplina específica sobre a história afro-brasileira.

07) Como foi a reação dos alunos?

Muitos ficaram curiosos, especialmente quando se aborda aspectos da cultura africana que divergem daqueles que generalizam a África como um continente miserável, marcado por conflitos e por escravidão.

08) Em sua opinião, como as pessoas negras são tratadas na sociedade brasileira e conseqüentemente nas escolas?

Infelizmente ainda existe muito preconceito racial em nossa sociedade. Os negros ainda são marginalizados e, na maioria das vezes, são vistos como sinônimo de pobreza, “bandagem” e sofrem muita discriminação. Não há um respeito ao próximo como pessoa, mas uma diferenciação/rejeição por causa da cor de sua pele. Nas escolas as “pessoas de pele mais escura” ou “cabelo enrolado” sofrem muito preconceito, na forma de apelidos principalmente, às vezes crianças xingando crianças sem ao menos ter consciência do que fazem ou por que o fazem. É algo que está impregnado ainda em nossa sociedade, mas que precisa acabar e, nós professores, temos um papel muito importante para fazer com que nossos alunos se conscientizem de que a cor de pele não define condição da pessoa e muito menos o seu caráter.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

QUESTIONÁRIO

Nome: **Maria Nilsa Moura de Sousa Chagas**

Função: **Supervisora Escolar**

Há quanto tempo: **14 Anos**

01) Há quanto tempo você tem conhecimento acerca do conteúdo que trata a Lei 10.639/03? Justifique sua resposta.

Tenho conhecimento desde março de 2003, mas na rede municipal de ensino, não era obrigatório, no currículo oficial, portanto só contemplava nas disciplinas de história, geografia, os professores trabalhavam nos conteúdos normais as séries.

02) O currículo das escolas do município contemplam a história e cultura afro-brasileira e africana? Desde quando? De que forma professores(as) não escolas estão trabalhando esses conteúdos?

No currículo do município está contemplado agora em 2012, passando a ser obrigatório a trabalhar nos diversas disciplinas. Com essa decisão da rede, está sendo planejada, ou seja, incorporado nos planos de trabalho e introduzido em sala de aula, através de atividades realizadas nas turmas.

03) A Secretaria de Educação tem disponibilizado para as escolas materiais didáticos para auxiliar a formação de professores (as) quanto à aplicação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Quais são esses materiais?

Em 2012, a Secretaria de Educação do Município proporcionou encontro com professores e alunos mostrando a importância de trabalhar com a cultura afro-brasileira. O material que tinha recebido, para os professores planejar os trabalhos com os alunos em sala de aula, foram mais livros e apostilas.

04) A Secretaria de Educação proporcionou aos professores (as) formação para que esses trabalhem de modo efetivo e permanente os conteúdos de história

e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Como você resumiria essa formação?

A Secretaria proporcionou alguns encontros de formação continuada, com professores, para que possa, trabalhar de modo efetivo e permanente os conteúdos de história e cultura afro-brasileira em sala de aula, a formação foi realizada num período de curto prazo, portanto, precisa de mais formação relacionada a este tema.

05)Em sua opinião como as pessoas negras são tratadas na sociedade brasileira e conseqüentemente nas escolas?

As pessoas negras ainda hoje, nas escolas, são tratadas com indiferença, por mais que se diga que não existe preconceito, até inconsciente a pessoa age de maneira deselegante.

06)Como você trabalha a história e a cultura afro-brasileira e africana com os professores (as)?

Se trabalha de maneira, tentando incorporar no currículo da rede nas disciplinas, ainda de uma maneira introdutória, considerando um pouco fragmentada.

07)Você percebeu no início dos trabalhos se o professor já tinha algum tipo de conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira e africana?

O professor já tinha conhecimento do tema, mais só trabalhava nas disciplinas de história e geografia, nas demais disciplinas desconsideravam a temática, achavam que não era necessário, muito menos obrigatório.

08)Como se deu, ou está ocorrendo á implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nas escolas?

Esta ocorrendo de uma maneira ainda fragmentada em relação aos demais conteúdos, planejando por séries, precisa-se ainda, ter uma aceitação maior por parte dos professores, para que assim ocorra um trabalho contextualizado.

09)Como você vem viabilizando o trabalho dos professores(as)para que estes implementem os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana?

Venho incentivando através de apresentação do material que tenho na escola e outras sugestões para que eles possam realizar um trabalho interdisciplinar abordando os conteúdos de história e cultura afro-brasileira levando estratégias diferenciadas para que os alunos entendam a importância do tema, sem separa dos conteúdos do currículo real e sim apresentar atividades diferenciadas.

10)Na prática docente em sala de aula, professores(as) têm discutido sobre história e cultura afro-brasileira e africana?

Estou percebendo que há uma socialização sobre História e cultura afro-brasileira, mais ainda precisa ser mais explorada como conteúdo disciplinar, precisar-se discutir mais, pesquisar mais e incentivar ao aluno sobre o valor na sociedade o qual está inserido.

11)Os conteúdos de sobre história e cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados de que forma?

Estão trabalhando ainda de forma fragmentada, precisa sistematizar mais as suas práticas e dialogar e divulgar mais sobre o tema, mostrando seu valor para a comunidades escolar.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Questionário

Nome: **PatrizziaRivelli**

Função: **Professora de História**

Há quanto tempo ocupa o cargo: **5 anos**

01) Há quanto tempo você tem conhecimento acerca do conteúdo que a trata a Lei 10.639/03? Justifique sua resposta.

Conheci a lei a uns cinco anos através da publicidade feita em jornais e participando de alguns debates na universidade. Foi um conhecimento de forma superficial.

02) O currículo das escolas do Município contempla a história e cultura afro-brasileira e africana? Desde quando? De que forma os professores(as) nas escolas estão trabalhando esses conteúdos? (Caso a resposta seja não, justifique).

A proposta curricular do município foi formulada nestes últimos anos, e já debate a temática, entretanto só agora em 2012 que deu início a um trabalho mais efetivo, onde a secretaria passou a dar formação aos professores.

03) A Secretaria de Educação tem disponibilizado às escolas materiais didáticos para auxiliar a formação de professores(as) quanto à aplicação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Quais são esses materiais?

Sim. Aos poucos vem chegando na escola materiais que abordam essa temática, vindos tanto do Governo Federal, quanto adquiridos pela própria Secretaria de Educação do Município. O subsídio ainda é pouco, mas já nos permitiu dar início ao trabalho.

04) A Secretaria de Educação propiciou aos professores(as) formação para que esses trabalhem de modo efetivo e permanente os conteúdos de história e

cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Como você resumiria essas formações?

Sim. Agora em 2012 com implantação da Proposta Curricular e com a criação da Coordenação de Área houve uma efetivação, mesmo que de forma tímida de uma formação continuada. Além dos trabalhos em planejamento está acontecendo também palestras específica sobre a História Afro.

05) Você está achando as formações disponibilizadas pela Secretaria de Educação suficiente a formação dos professores(as)? Por quê?

06) Como você está trabalhando os conteúdos de história e cultura afro-brasileira? Se possível disponibilize um plano de aula).

Os conteúdos de historia e cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados, mais não ainda de forma articulada. Eu já discutia a temática de forma esporádica, mais em 2012 com a nova proposta curricular veio à cobrança por parte dos gestores e a secretaria realizou formações sobre o tema. É inegável que isso ainda é muito pouco, mais o fato é que ainda temos dificuldade de trabalharmos com a temática, mesmo reconhecendo a necessidade desse trabalho para construção de uma realização de valorização e respeito à pluralidade étnicorracial

07) Como foi a reação dos alunos?

Aaceitação dos alunos foi melhor do que a esperada, em raros momentos demonstraram alguma atitude de preconceito, na maioria das aulas eles foram participativos e curiosos, principalmente quando fiz um trabalho abordando “pratos da culinária brasileira que tem inspiração africana”, e aos poucos fomos quebrando estereótipos de uma África de guerras civis, grandes animais silvestres e AIDS, além-claro de ser uma terra de escravos.

08) Em sua opinião, como as pessoas negras são tratadas na sociedade brasileira e conseqüentemente nas escolas?

Mesmo estando em pleno século XXI ainda vislumbramos uma sociedade marcada por um racismo e um preconceito muito forte. A figura do negro esta interligada a estereótipos negativos. Infelizmente condutas de marginalização estão presentes, e a escola que deveria ser o espaço de todos silencia sobre esse tipo de conduta social, negado o debate. O que dificulta ainda mais a vida dessas pessoas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Questionário

Nome: **Raquel de Sousa Pereira**

Função: **Coordenador de área (Humanas)**

Há quanto tempo ocupa o cargo: **Nove meses**

01) Há quanto tempo você tem conhecimento acerca do conteúdo que trata a lei 10.639/03? Justifique sua resposta.

Não lembro a data exata, mas sei que ao tomar conhecimento da existência da lei cometia alguns equívocos em relação a mesma por não saber com exatidão o seu conteúdo, o conhecimento em relação ao que garante tomei conhecimento nos últimos dois anos, por meio de leituras, pesquisas na internet e reportagens em geral.

02) O currículo das escolas do município contempla a história e cultura afro-brasileira e africana? Desde quando? De que forma os professores (as) nas escolas estão trabalhando? Esses conteúdos? (caso a resposta seja não, justifique)

Sim, o currículo vem passando por modificações ao longo de sua construção. No início do ano vigente na tentativa de implementar a lei no município, os professores trabalharam o tema dentro de um projeto intitulado “A África Está em Nós: A Influência Africana na Formação de Nossa Identidade” buscando desconstruir a imagem estereotipada em relação aos afro-brasileiros e sua cultura.

03) A secretaria de educação tem disponibilizado as escolar materiais didáticos para auxiliar a formação de professores (as) quanto à aplicação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Quais são esses materiais?

Apenas aquisição da coleção de livros didáticos “A África Esta em Nós” que vai do 2º ao 9º ano do ensino fundamental que trabalha a temática, buscando subsidiar o trabalho dos gestores escolar junto aos educandos na tentativa de minimizar as

ideias estereotipadas que se construiu na mentalidade popular em relação aos afro-brasileiros e africanos. Porém esse ainda é um material insuficiente para se trabalhar um tema tão complexo.

04)A secretaria de educação propiciou aos professores (as) formação para que esses trabalhem de modo efetivo e permanente os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? como você resumiria essas formações?

A aspiração da secretaria municipal de educação é possibilitar uma educação mais inclusiva, de modo a integrarem especial o segmento afro-brasileiro e africano. A partir de 2012 a SME em sintonia com a equipe pedagógica buscou formas de avançar nessas discussões, para tanto ofereceu no primeiro semestre através da coordenação de área formações para os professores do segundo seguimento, palestra com um integrante do NEAB, elaboração e execução de um mini projeto intitulado: “Resgatando a Minha Identidade” buscando despertar o olhar investigativo dos alunos quanto a verdadeira identidade local, familiar e individual e o segundo projeto com maior abrangência e mais direcionado ao tema, “A África Está em Nós: A Influencia Africana na Formação de Nossa Identidade” tentou despertar o censo crítico, bem como atitudes posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racial e despertar para as contribuições culturais herdadas dos povos africanos e seu valor em nossa sociedade. Sabemos que as orientações fornecidas são muito poucas ante a complexidade do tema, o mais correto seria uma formação continuada de preferencia com um especialista da área para ambos os seguimentos uma vez que a própria equipe pedagógica ainda enfrenta inúmeras limitações.

05)Em sua opinião como as pessoas negras são tratadas na sociedade brasileira e conseqüentemente nas escola?

São tratadas como diferentes, uma diferença pejorativa, tanto é que leis são criadas para defender seus direitos e outras para punir seus infratores demonstrando que não são vistos com naturalidade, mas com estranheza graças a uma construção que perpassa os séculos. Nas escolas observamos rejeição por parte dos próprios alunos negros, que recorrentemente mascaram sua cor nos questionários escolar ou em rodas de amigos, nos dando indícios de que a autoestima seja um entre outros

fatores que favorecem comportamentos nem sempre adequados ao desenvolvimento sadio de jovens e adolescentes.

06) Como você trabalha a história e cultura afro-brasileira e africana com professores (as)?

O sucesso da implementação da lei nº 10.639/03, não depende apenas do processo educativo escolar, já que o enfrentamento do racismo e da desigualdade não é tarefa exclusiva da escola. Mas sabemos que é também papel da escola buscar conscientizar a sociedade. Dessa modo a formação de educadores para aplicação da lei deve contemplar discussões temáticas mais complexas como identidade racial, de gênero, e resistência negra brasileira, bem como sua contribuição para nossa cultura. Na tentativa de promover a valorização das diferenças para produzir igualdade. Nesse sentido promovemos discussões do tema com os professores e construímos juntos um projeto, com duração de um bimestre para impulsioná-los a trabalhar de forma interdisciplinar o tema.

07) Você percebeu no início dos trabalhos se os professores já tinham algum tipo de conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira e africana?

Sim, alguns têm um conhecimento mais amplo, mas esbarram nas limitações de tempo e seleção de conteúdos a serem cumpridos, outros se prendem apenas aos conhecimentos elementares, aqueles que o livro didático oferece, mas sem promover problematizações nem questionamentos a ele e aos alunos. A maioria das discussões fortalece os discursos já existentes ao invés de desconstruí-los.

08) Como se deu ou está ocorrendo a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nas escolas.

A passos lentos, sabemos que as formações não foram suficientes para esclarecer dúvidas e preparar os professores dando-lhes segurança, mas acima de tudo isso percebemos uma acomodação por parte dos professores em trabalhar o novo, muitos apenas abordam os temas sugeridos de forma muito superficial por se sentirem obrigados, mas não assumindo consigo e com seus alunos um compromisso de fazer diferença na vida deles e da comunidade como um todo.

09) Como você vem viabilizando o trabalho do (a) professor para que este implemente os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana?

Nas ações que foram citadas anteriormente como palestra sobre o tema, para que se esclareça duvidas construção de projetos que os façam refletir no momento da elaboração, distribuição de materiais didáticos como: revistas com reportagens sobre tema, livros didáticos, vídeos, sugestões de sites e acima de tudo promovendo discussões que priorize a diversidade cultural presente na sociedade brasileira e portanto em sala de aula.

10)Na pratica docente da sala de aula, professores (as)têm discutido sobre historia e cultura afro-brasileira e africana?

Quando faz parte de sua seleção de conteúdo programático sim, todavia apesar das inúmeras tentativas de estimula-los a trabalhar o tema de forma contínua e interdisciplinar, buscando desconstruir estereótipos, percebemos que a grande maioria só o faz no momento em que estão sendo cobrados, quando não, retomam as informações do livro didático, que não é um problema, mas sim o fatode não haver uma problematização do que é fornecido por ele, deixando de promover discussões e questionamentos.

11)Os conteúdos de história e cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados de que forma? (se possível disponibilize um plano de aula)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Questionário

Nome: **Sheila Cavalcante de Medeiros**

Função: Coordenadora Geral

Há quanto tempo ocupa a função: 07 anos

01)A quanto tempo você tem conhecimento acerca do conteúdo que trata a Lei 10.639/03? Justifique sua resposta.

Desde o ano de 2004 passei a conhecer o conteúdo da Lei pois na vivência da educação é necessária se atualizar constantemente, conteúdo, percebo as dificuldades para que de fato esta lei aconteça com apropriação dos profissionais da educação na prática da escola tanto pelo conhecimento do conteúdo como pela ausência de uma formação continuada mais efetiva que auxilia o trabalho com mais recursos didáticos e materiais com relação a aplicação dos conteúdos na sala de aula de forma dinâmica e criativa.

02)O currículo das escolas do Município contempla a história e cultura afro-brasileira e africana? Desde quando? De que forma professores (as) nas escolas estão trabalhando esses conteúdos? (caso a resposta seja não, justifique)

No caso do município de Barra de Santana, não existia um currículo construído e desde 2009 foi iniciado sua construção com os professores da rede, através de encontros com discussões em todas as áreas. Aproveitando este momento de construção coletiva já trouxemos a lei 10.639/03 e procuramos matérias didáticos que ajudassem a subsidiar o trabalho dos professores da rede e buscamos estimular a contemplação da história da cultura afro-brasileira e africana na rotina das aulas. Entretanto, as aulas ainda são pontuais e existe uma lacuna de articulação na aplicação desde conteúdo com as demais áreas de conhecimento, deixando a

desejar ainda com relação a formação continuada no sentido de ser efetiva ao longo do ano.

03) A Secretaria de Educação tem disponibilizado as escolas materiais didáticos para auxiliar a formação de professores (as) quanto á aplicação dos conteúdos de história da cultura afro-brasileira e africana na sala de aula?

Quais são esses materiais?

Houve a disponibilização de livros didáticos, alguns dvds e textos para os professores, mas ainda insuficientes.

04) A Secretaria de Educação propiciou aos professores (as) formação para que trabalhem de modo efetivo e permanente conteúdos de história da cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Como você resumiria essa formação?

05)Em sua opinião como as pessoas negras são tratados na sociedade brasileira e conseqüentemente nas escolas?

A sociedade brasileira ainda trata os negros com descaso, muitas vezes subestimando sua capacidade intelectual e o preconceito existe através da falta de respeito ao ser humano.

06)Os conteúdos história da cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados de que forma? (Se possível disponibilize um plano de aula)

Os conteúdos de história da cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados desarticulado do currículo escolar e ainda, alguns professores trabalham uma aula quinzenalmente o que demonstra que a formação dos alunos com relação a valorização e o respeito a pluralidade étnico-cultural é insuficiente.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Questionário

Nome: **Vilma Leal Duarte**

Função: **Diretora de Planejamento e Gestão do SME.**

Há quanto tempo ocupa o cargo? **10 MESES**

01)A quanto tempo você tem conhecimento acerca do conteúdo que trata a Lei 10.639/03? Justifique sua resposta.

Eu tenho conhecimento acerca do que trata a Lei 10639/03, a partir do ano de 2008, quando recebemos a solicitação da secretaria de Educação para que fosse trabalhada a temática em sala de aula, embora só tenha sido feita uma palestra e não tenha sido dada nenhuma orientação por parte da equipe de coordenação para trabalharmos em sala de aula, o que dificultou o desenvolvimento de atividades e práticas significativas.

02)O currículo das escolas do Município contempla a história e cultura afro-brasileira e africana? Desde quando? De que forma professores (as) nas escolas estão trabalhando esses conteúdos? (caso a resposta seja não, justifique)

Sim. A construção da nossa Proposta Curricular teve início no ano de 2009, com a formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino. Os conteúdos foram elaborados pelos professores e por área e após várias reuniões e discussões. De início não foram abordados conteúdos que contemplasse a história e cultura afro-brasileira e africana. No ano 2012, após uma revisão no Currículo da Rede Municipal de Ensino, foram acrescentados conteúdos que pede a Lei 10639/03.

03) A Secretaria de Educação tem disponibilizado as escolas materiais didáticos para auxiliar a formação de professores (as) quanto á aplicação dos conteúdos de história da cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Quais são esses materiais?

O material distribuído pela Secretaria para ajudar o professor na aplicação dos conteúdos é insuficiente, e é basicamente o livro didático, que em sua maioria, ainda não têm uma orientação que realmente contemple as raízes africanas, alguns DVDs que vão para as escolas, que os professores em sua maioria não trabalham.

04) A Secretaria de Educação propiciou aos professores (as) formação para que trabalhem de modo efetivo e permanente conteúdos de história da cultura afro-brasileira e africana na sala de aula? Como você resumiria essa formação?

As formações oferecidas pela Secretaria de Educação são incipientes e inadequadas, uma vez que trazem palestrantes para falar da temática sem nenhuma orientação didática para que os professores trabalhem esses conteúdos em sala de aula, e a formação foi dada para apenas os professores que trabalham do 6º ao 9º ano. A Secretaria orientou as escolas para que na elaboração do PDE interativo, no plano de formação continuada, os professores fossem inscritos em cursos, visando o cumprimento da Lei 10639/03. Para que a aplicação dessa temática seja cumprida, cabe aos professores buscarem cursos de formação presencial e a distância e informações em lugares diversos e não apenas em livros.

05) Em sua opinião como as pessoas negras são tratados na sociedade brasileira e conseqüentemente nas escolas?

Sabemos que um dos objetivos da Lei 10639/03 é a quebra de estereótipos, infelizmente, as pessoas negras são tratadas pela sociedade brasileira e algumas instituições de ensino com preconceitos e atitudes discriminatórias.

06) Os conteúdos história da cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados de que forma? (Se possível disponibilize um plano de aula)

OS professores ainda trabalham de forma fragmentada e não procuram trabalhar os conteúdos que tratam dessa temática, de forma articulada em sala de aula.

Anexo II (material que compõem a Proposta Curricular do Município de Barra de Santana/PB (peça que trata da lei 10639/03)

7.4 - Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

I - Apresentação

A lei nº 10.639/2003 acrescentou à lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) dois artigos: 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre ensino e cultura afro-brasileira e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na sociedade nacional. O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devem ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o dia nacional da consciência negra, comemorada em 20 de novembro. A proposta política pedagógica da escola atendendo a necessidade da referida lei, busca aguçar o pensamento crítico e ajudar a formar uma mentalidade não racista que estimule as lutas pela promoção da igualdade social. Para tanto, buscamos promover continuamente metodologia que favoreçam o estudo da cultura afro-brasileira na perspectiva interdisciplinar, sobretudo, fazer cumprir a obrigatoriedade nas áreas de educação artística, língua portuguesa e história afro-brasileira, compreendendo que, a vivência desta lei oportuniza aos alunos, superar a visão eurocêntrica do mundo, estimulando um ambiente efetivo de diversidade e igualdade cultural no interior do espaço escolar. Nesta perspectiva, propomos a produção e divulgação de conhecimentos e formação de atitudes. Para tanto a formação dos professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos com postura e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de

desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra.

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial, presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra, desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

II - Objetivo:

- Despertar o senso crítico, bem como atitudes posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial tornando-os capazes de interagir de modo comum na tentativa garantir a valorização da identidade cultural brasileira, através de uma abordagem que permita-nos perceber a contribuição cultural herdada dos povos africanos e seu valor em nossa sociedade;
- Questionar o comportamento preconceituoso na tentativa de fazer o aluno compreender-se como sujeito histórico participante de sua própria construção histórica e de conhecimento;
- Olhar a diversidade como acréscimo enriquecedor e perceber que o respeito e a ética são fundamentais para um crescimento conjunto;
- Promover o desenvolvimento das aptidões manuais, criativas e dinâmicas, além da linguagem e segurança;
- Ampliar os conhecimentos em relação à cultura afro-brasileira;
- Compreender as articulações políticas que perpassam a escravidão no Brasil;
- Perceber a influência negra em nosso cotidiano.

AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO

- O ensino de cultura afro-brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia-a-dia, quanto em celebrações como congadas, Moçambique, ensaios de maracatus, rodas de samba, entre outras;
- Desenvolver ações de formação de professores, a fim de proporcionar o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do país;
- Promover o desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem na localidade a cultura afro-brasileira e a diversidade;
- Criar programas de formação continuada para os profissionais da educação, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, com as seguintes características;
- Realizar avaliação diagnóstica sobre a abrangência e a qualidade da implementação das Leis 10639/2003 na educação básica.

Principais ações para o Sistema de Ensino Municipal

- a) Apoiar as escolas para implementação das Leis 10639/2003, através de ações colaborativas com os Fóruns de Educação para a Diversidade Étnico-racial, conselhos escolares e equipes pedagógica;
- b) Orientar as equipes gestoras e técnicas das Secretarias de Educação para a implementação da lei 10639/03;
- c) Produzir e distribuir materiais didáticos e paradidáticos que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das Relações Étnico-raciais;
- d) Articular com a UNDIME apoio para a construção participativa de planos municipais de educação que contemplem a implementação das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Principais Ações das Coordenações Pedagógicas

- b) Colaborar para que os Planejamentos de Curso incluam conteúdo e atividades adequadas para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana de acordo com cada nível e modalidade de ensino;
- c) Promover junto aos docentes reuniões pedagógicas com o fim de orientar para a necessidade de constante combate ao racismo, ao preconceito, e à discriminação, elaborando em conjunto estratégias de intervenção e educação;
- d) Estimular a interdisciplinaridade para disseminação da temática no âmbito escolar, construindo junto com professores e profissionais da educação processos educativos que possam culminar seus resultados na Semana de Consciência Negra e/ou no período que compreende o Dia da Consciência Negra (20 de novembro).